



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



EDITAL DE LICITAÇÃO

**INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 020/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2026**

1. PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT, inscrita no CNPJ/MF n. 03.239.043/0001-12, com sede Rua Alceu Rossi nº 300 - Centro – CEP 78590-000, neste Município de Paranaíta/MT, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal Administração, interessada, através de sua Agente de Contratação, designada (o) pelo Decreto Municipal nº. 001/2026 e 002/2026, Sr. (a). Lizandra Bertolini, torna público para conhecimento dos interessados que está procedendo **CHAMAMENTO PÚBLICO**, para fins de **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AERÉAS NACIONAIS, COM TAXA DE EMBARQUE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT**, conforme descrito neste edital e seus anexos, sendo regido em obediência aos dispositivos da Lei nº. 14.133/21, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 (Estatuto das Micro e Pequenas Empresas) e a Lei Municipal nº. 1.138/2020 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Paranaíta/MT e o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de MT, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a aquisição e contratação pela administração pública, bem como, nos termos estabelecidos neste Edital.

1.2. Local, dia e hora para recebimento da documentação, bem como, para encaminhamentos de esclarecimentos e congêneres:

Período de Recebimento de Documentos:	A partir do dia 02/07/2026 à 02/07/2027. Horário: 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min
Local do recebimento dos documentos: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA Rua Alceu Rossi nº. 300 - Centro Paranaíta/MT CEP: 78.590-000	
Sites: Edital completo poderá ser obtido na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br (link: “Licitações”).	
Meios para contato: Tel/Fax: (66) 3563 2723/2724 E-mail: licitacao6@paranaita.mt.gov.br / licitacao2@paranaita.mt.gov.br Dias e horários: Segunda a Sexta-feira, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas (horário local).	

1.3. Data e local do recebimento dos documentos de Credenciamento: A partir do dia **02 de julho de 2026 à 02 de julho de 2027**, das **07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada à Rua Alceu Rossi nº 300, Centro – Paranaíta/MT, CEP 78.590-000.

1.4. 1.4. Durante toda a vigência do **Chamamento Público/Credenciamento**, as empresas poderão solicitar o credenciamento, conforme termos deste edital. Porém o credenciamento/contratação terá **vigência até 02/07/2027**, a **partir da data da publicação de abertura do Credenciamento**, salvo as prorrogações permitidas por lei, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial de Contas -Tribunal de Contas



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



do Mato Grosso.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Constitui objeto do presente termo o **CRENCIAMENTO DE EMPRESA PARA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AERÉAS NACIONAIS, COM TAXA DE EMBARQUE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT**, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência Anexo I deste Instrumento.

2.2. As empresas interessadas em participar do credenciamento, respectivamente a sua área de interesse em se credenciar, deverão possuir como finalidade a prestação de serviços das especialidades constantes no **Anexo I - Termo de Referência**.

3. TERMO DE REFERÊNCIA

3.1. O Termo de Referência - Anexo I foi elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal Administração, o qual servirá de base para todo o procedimento.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da (s) Secretaria (s) Municipal (is) solicitante (s), em especial serão empenhadas nas seguintes rubricas orçamentárias:

Dotação Orçamentária:

03.001.04.122.0004.2003.3.3.90 – Gabinete Prefeito – Fontes: 1.709.0000000 e 1.501.0000000;
05.001.04.122.0004.2007.3.3.90 – Sec. de Administração – Fontes: 1.709.0000000 e 1.501.0000000;
08.001.08.244.0040.2132.3.3.90 – Sec. de Assist. Social – Fontes: 1.709.0000000; 1.661.0000000 e 1.500.0000000;
08.002.08.244.0040.2135.3.3.90 – Sec. de Assist. Social: Fonte: 1.709.0000000;
10.001.10.302.0031.2105.3.3.90 – Sec. de Saúde – Fontes: 1.500.1002000; 1.709.0000000 e 1.600.0000604;
10.001.10.122.0029.2085.3.3.90 – Sec. de Saúde – Fontes: 1.500.1002000 e 1.709.0000000; |

4.2. O (s) Programa (s) de Trabalho e Elemento (s) de Despesa (s) constará (ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital;

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CRENCIAMENTO

5.1. Poderão participar do Credenciamento as pessoas jurídicas interessadas, que atenderem a todas as exigências deste edital, seus anexos e que tenham ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

5.1.2. Também só poderão participar as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação da documentação de credenciamento, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

Obs.: Para verificação da compatibilidade entre as atividades da credenciada e o objeto licitado, também servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam concernentes ao objeto do certame.

5.2 São vedadas de participarem os interessados:



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



- a) que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou, conforme o caso, pelo órgão em que praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- c) estrangeiras que não funcionem no País;
- d) empresas que estejam suspensas pelo Município de participar em certames.

5.3. A participação na presente licitação implica na integral aceitação de todos os termos e condições do Edital e seus anexos, e também nos seguintes compromissos:

I - Estar ciente das condições da licitação, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pelos Agentes de Contratação e a Comissão de Contratação de Licitação.

II - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnica e econômico-financeira exigidas na licitação, além daquelas.

6. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1. Em até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a realização da análise documental, poderá ser feito **pedido de esclarecimentos** sobre este Edital, preferencialmente nos endereços eletrônicos: licitacao6@paranaíta.mt.gov.br/licitacao2@paranaíta.mt.gov.br, ou protocolizadas no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta no endereço constante no preâmbulo, em sua via original, devidamente assinada por quem tenha poderes para tal.

6.2. Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do certame, devendo o Município, através do (a) Agente de Contratação Oficial, julgar e responder sobre a petição no **prazo de 03 (três) dias úteis, limitando-se ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**. As impugnações deverão ser protocolizadas no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta no endereço constante no preâmbulo, em sua via original, devidamente assinada por quem tenha poderes para tal, ou nos endereços eletrônicos: licitacao6@paranaíta.mt.gov.br/licitacao2@paranaíta.mt.gov.br, respeitados os prazos, formas e condições em qualquer caso, ficando consignado que qualquer outro meio de apresentação não será recebido, não havendo qualquer validade a respectiva impugnação.

6.3. Cabe ao (a) Agente de Contratação, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir, no prazo de **prazo de 03 (três) dias úteis, limitando-se ao último dia útil anterior à data da abertura do certame** sobre a impugnação ou pedido de esclarecimento interposto.

6.4. Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e, caso afete a apresentação da documentação, nova data será designada pela Administração para a realização do certame.

6.5. Os prazos limites para pedidos de esclarecimentos e impugnação devem respeitar o horário final do expediente da Prefeitura Municipal de Paranaíta (das 07h00 às 11h00 e das 13h00 à 17h00, horário local) para protocolo físico e para protocolo virtual, conforme item 6.1 e 6.2.

6.6. Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório, incorrerá em pena de detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa, nos termos do Art. 337-I do Código Penal. (Incluído pela Lei nº. 14.133, de 2021).

7. APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE

7.1. Aberto o período de recebimento dos Credenciamentos, as interessadas deverão entregar o envelope não



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



transparente e lacrado, contendo a Documentação de Habilitação e Termo de Aceite;

7.2 O envelope contendo os Documentos de Habilitação e Termo de Aceite deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E TERMO DE ACEITE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT
INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PÚBLICO/CRENCIAMENTO Nº 020/2026
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO INTERESSADO
TELEFONE - ENDEREÇO - EMAIL

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA O CRENCIAMENTO

8.1. Os documentos previstos abaixo no edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do INTERESSADO de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº. 14.133, de 2021. Será considerada habilitada a credenciada que apresentar os documentos a seguir listados, observando que:

8.1.2. A interessada que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitada e ficará sujeita às penalidades legais;

8.1.3. Constituem motivos para inabilitação da credenciada, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação:

8.1.3.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

8.1.3.2. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

8.1.3.3. A apresentação de documentação de habilitação que contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos;

8.1.3.4. Os documentos que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para apresentação do credenciamento, exceto atestado;

8.1.3.5. Os documentos necessários à Habilitação que puderem ser extraídos via internet comprovando sua validade, serão impressos, excepcionalmente, pelos agentes de contratação ou um dos membros da equipe de apoio, apenas para efeitos de comprovação de autenticidade daqueles apresentados;

8.1.3.6. O envelope referente aos documentos de habilitação deverá conter os documentos em originais atualizados, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pelos agentes de contratação ou pelos membros da comissão no ato de abertura da documentação de habilitação, devendo estar acompanhadas dos respectivos originais, não se aplicando aos documentos que puderem ser extraídos via internet.

8.2. Os documentos de habilitação, que deverão ser apresentados na sessão pública, são os seguintes:

8.2.1. A credenciada interessada deverá apresentar o **TERMO DE ACEITE** dos serviços pretendidos conforme modelo **Anexo II**

8.2.2. Documentos Relativos à:

a) Habilitação jurídica:

1 – Cédula de Identidade e CPF dos Sócios e ou proprietário;

2 – Registro comercial, no caso de empresa individual ou;

3 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou;

4 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;

5 – Certificado da Condição de Microempreendedor Individual atualizado, impresso com data não superior a 30 (trinta) dias da data do certame;

b) Regularidade Fiscal e Trabalhista

1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



- 2 – Prova de inscrição de Contribuinte Estadual;
- 3 – Alvará de Localização e Funcionamento – emitido pelo Poder Executivo Municipal da sede do interessado;
- 4 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 5 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;
- 6 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do interessado;
- 7 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;
- 8 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;
- 9 – Consulta unificada - CEIS - CNEP - INIDONIOS TCU - CNIA E CNJ, através do site: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;
10. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição da Federal e Art. 68, inciso VI, da Lei nº. 14.133/2021. (conforme modelo **Anexo IV**);
- b.1 - Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas.

D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos **02 (dois)**¹ Exercício Social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, observando que a constituição do balanço patrimonial deve demonstrar o ativo, passivo e patrimônio líquido da interessada;
- 2 - O Balanço Patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado (Sede do interessado).
 - 2.1 - No caso do Balanço Patrimonial estiver contido no registro do Livro Diário, deverá anexar juntamente ao mesmo o Termo de abertura e Termo de encerramento do respectivo livro.
 - 2.2. Em se tratando de Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, o mesmo deverá estar acompanhado do recibo de entrega do órgão competente e escrituração contábil digital, juntamente com termo de abertura e encerramento;
- 3 - Não será dispensando o Balanço Patrimonial, para as interessadas na condição de ME ou EPP, quando a característica do objeto não se enquadra no Art. 3º do Decreto Federal nº. 8.538, de 6 de outubro de 2015, qual seja a prestação dos serviços para pronta entrega e locação de materiais;
 - 3.1. Para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual o Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Opção do SIMPLES nos termos da legislação vigente;
 - 3.2. O balanço Patrimonial para comprovação de condição de ME e EPP poderá ser substituído pela "**Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS)**";
 - 3.3. Para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual o Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela "**Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS)**", nos termos da legislação vigente
- 4 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do local do principal estabelecimento ou da filial da empresa, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da análise documental, se outro prazo não constar do documento;
- 5 - Certidão Simplificada Emitida pela Junta Comercial da sede do interessado comprovando a existência de capital social no valor igual ou superior a 2% (dez por cento) da contratação, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da análise documental, se outro prazo não constar do documento;
 - 5.1 - Para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual, o Capital Social poderá ser comprovado através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

12.4. As certidões que não apresentarem data de validade, será considerada válida dentro de período de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua emissão.

c) Qualificação Técnica

¹ Exigência contida no inciso I, Art. 69, da Lei nº. 14.133/2021;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



- 1. Registro junto ao Ministério do Turismo e licenciamento como agência de viagens ativa (parágrafo único, do Art. 21, da Lei Federal Nº 11.771/2008 c/c Inc. IV, do Art. 67, da Lei Federal Nº 14.133/2021);**
- 2. Declaração expedida por companhias aéreas e/ou consolidadoras, com datas não inferiores a 60 (sessenta) dias da publicação do instrumento convocatório, comprovando que é possuidora de crédito e encontra-se em situação regular perante as mesmas;**
- 3. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a credenciada executou ou vem executando, satisfatoriamente, a prestação dos serviços em condições e características semelhantes com o objeto desta licitação;**
- 4. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições e prazo de fornecimento para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (conforme modelo – Anexo V);**
- 5. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação (conforme modelo Anexo VI);**

9. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1. A Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação dos interessados, verificando sua regularidade e em sessão pública, no dia, horário e local, conforme definido neste edital será divulgado o resultado dos credenciados;
- 9.1.1. Nos casos de solicitação após o prazo inicial, a comissão terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar a solicitação e os documentos necessários;
- 9.2. Constatado o atendimento das exigências editalícias, os interessados serão declarados credenciados, caso não haja interposição de recursos;

10. RECURSOS

- 10.1. É facultada a credenciada, nos termos do artigo 165, da Lei nº 14.133, a interposição de:
- 10.2.1. RECURSO, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da intimação ou da lavratura da Ata, nos casos de:
- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
 - b) Análise da documentação;
 - c) ato de habilitação ou inabilitação do interessado;
 - d) anulação ou revogação da licitação;
 - e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da
- 10.2.2. Pedido de Reconsideração, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.
- 10.3. Os recursos e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.3.1. Não serão conhecidos os recursos protocolizados fora do prazo legal.
- 10.4. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 10.5. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, em dias úteis, no horário de expediente das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas;
- 10.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito do Município de Paranaíta/MT este homologará o procedimento;
- 10.7. A homologação desta licitação não obriga a Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT à contratação do objeto licitado;
- 10.8. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial do Estado, Jornal de Circulação do Município e no Diário Oficial de Contas –Tribunal de Contas do Mato Grosso.
- 10.9. O recurso contra decisão do não terá efeito suspensivo quanto à disputa.
- 10.10. Ocorrendo manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida do Art. 337-I do Código Penal. (Incluído pela Lei nº. 14.133, de 2021).

11. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 A distribuição dos serviços será de acordo com o número de credenciados e a demanda do Município, não havendo a obrigação de utilização de quantidades mínimas ou do total estimado no Termo de Referência.

11.2 A escolha da empresa que prestará o serviço dentre as empresas credenciadas sempre será definida pela Secretaria Competente do Município de Paranaíta/MT, não havendo por parte da PREFEITURA obrigação de prover demanda mínima de encaminhamentos a CREDENCIADA.

11.3 Quando se tratar de demanda vinculada, derivada ou complementar, a uma demanda já cadastrada, a distribuição será dirigida, preferencialmente, para a credenciada que já esteja atuando no serviço ou, no caso de impossibilidade desta, para outra que já atuou.

11.4 Convocações para prestação do serviço será efetivada mediante comunicação formalmente encaminhada à credenciada pela unidade demandante através da Secretaria competente.

11.5 A confirmação da aceitação do serviço pela credenciada é automática ao recebimento da comunicação para prestação do serviço.

11.6 A recusa formal da prestação do serviço, por parte da credenciada, injustificada, implica no descredenciamento e suas sanções.

11.7 A credenciada não poderá transferir, total ou parcialmente a terceiros os serviços objeto deste credenciamento e aplicação das demais penalidades.

11.8. DO PROCEDIMENTO DE COTAÇÃO E SELEÇÃO

11.8.1. Essa seção detalha o fluxo de compra, o prazo e a regra de adjudicação:

11.8.1.1. Da Solicitação de Cotação: Quando houver necessidade de aquisição de passagens **aéreas**, a Contratante (Setor Administrativo/Requisitante) encaminhará a solicitação de cotação (detalhando trecho, data, horário e passageiro) por meio de e-mail ou sistema informatizado para todas as empresas credenciadas.

11.8.1.2. Da Apresentação da documentação: As empresas credenciadas deverão responder à solicitação de cotação com a indicação dos valores e dados do voo, em estrita observância ao prazo estabelecido.

11.8.1.3. Da composição e detalhamento da documentação

As documentações apresentadas pelas empresas credenciadas deverão conter, obrigatoriamente, o detalhamento individualizado dos valores que compõem o preço final ofertado, discriminando de forma clara e objetiva:

- a) Valor da tarifa aérea;
- b) Valor das taxas aeroportuárias e de embarque;
- c) Valor da taxa administrativa;
- d) Valor total do aceite.

11.8.1.4. A ausência da discriminação dos valores ou a apresentação do aceite de forma genérica, sem a identificação da composição dos preços, acarretará a desclassificação da cotação para fins de análise e contratação.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



- 11.8.1.5. Do Prazo para Resposta: O prazo máximo e improrrogável para a apresentação do aceite (cotação) por parte da Contratada será de 3 (três) horas úteis, a contar do registro de envio da solicitação pela Contratante.
- 11.8.1.6. Da Inadmissibilidade: Não serão aceitas e serão desconsideradas o aceite de preços apresentadas após o decurso do prazo de 3 (três) horas úteis.
- 11.8.1.7. Do Critério de Seleção: Será vencedora a empresa que apresentar o aceite de menor preço total (Tarifa Aérea + Taxas Aeroportuárias + Taxa Administrativa Fixa) no prazo estipulado.
- 11.8.1.8. Da Homologação e Notificação: Após o registro de todos os preços, a Contratante notificará exclusivamente a empresa vencedora da cotação. Não há necessidade de notificação formal às demais credenciadas que não venceram a cotação.

12. DA REMUNERAÇÃO DAS ATIVIDADES

12.1. A interessada em participar do Credenciamento deverá enviar Declaração de que aceita o valor proposto a pagar pelos serviços prestados pela **Secretaria Competente do Município de Paranaíta/MT**, conforme aceite Financeiro da Estimativa de Preço do Termo de Referência Anexo I, os valores já englobam todos os custos operacionais da atividade, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sem que caiba a proponente direito de reivindicar custos adicionais.

12.2. O valor deverá englobar quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos no Termo de Aceite Financeiro ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento do credenciamento, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto deste credenciamento ser prestados sem ônus adicionais.

12.3. Após apresentação da documentação de habilitação, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

12.4. Serão **DECLASSIFICADOS** os credenciamentos:

12.4.1. Que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e seus Anexos ou da Legislação aplicável;

12.4.2. Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

12.4.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

12.5. A simples participação neste credenciamento implica em:

12.5.1. Plena aceitação, por parte da interessada, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes dos valores constantes no Termo de Aceite Financeiro, não sendo devida nenhuma indenização às credenciada pela realização de tais atos;

12.5.2. Comprometimento da credenciada em prestar os serviços objeto deste procedimento em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos;

12.6. Será proibido a credenciada cobrar taxas ou qualquer outra importância dos usuários, **sob pena de descredenciamento** a ser apurado em processo administrativo instaurado imediatamente apurada denúncia apresentada pelo usuário ou qualquer cidadão, assegurado a credenciada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13. ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO

13.1. O Credenciamento ficará sujeito a ratificação do Prefeito Municipal, Autoridade Máxima do Município de



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



Paranaíta/MT.

13.2. Para fins de ratificação, o proponente credenciado fica obrigado a comparecer no prazo de 02 (**dois**) dias úteis, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas - Tribunal de Contas do Mato Grosso, para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Paranaíta para assinar o Contrato, vindo a decair do direito a executar o objeto deste Credenciamento, caso não compareça.

14. DO CONTRATO

14.1. As obrigações decorrentes deste Credenciamento consubstanciar-se-ão em Contrato cuja minuta consta do **Anexo VII**;

14.2. O prazo de vigência do contrato será até **02/07/2027, a partir da data da publicação de abertura do Credenciamento**, salvo as prorrogações permitidas por lei, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial de Contas -Tribunal de Contas do Mato Grosso.

14.3. O prazo para assinatura do Contrato será de 2 (dois) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária;

14.4. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da credenciada, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

14.5. A critério da Prefeitura, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela CONTRATANTE.

14.6. Constituem motivos para a Extinção do Contrato as situações referidas nos artigos Art. 137 e seguintes da Lei nº. 14.133/21, desde que assegurado o contraditório e a ampla defesa ou haja conveniência entre as partes

14.7. A critério da Contratante, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, na forma do Art. 95 da Lei nº. 14.133/2021.

15. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, §7º, da Lei nº. 14.133/21.

15.1.1. Os preços contratuais permanecerão válidos por um período de um ano, a ser contado na forma do § 1º do Art. 3º da Lei nº. 10.192/2001, depois de transcorrido tal prazo, poderão sofrer REAJUSTE, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

15.2. Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

15.3. A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da documentação de credenciamento, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



1. Convocar a interessada para a retirada da Ordem de Fornecimento/serviço;
 2. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
 3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste termo de referência;
 4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;
 5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;
 6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;
 7. Todos os encaminhamentos e o controle dos itens objeto desta contratação será de responsabilidade das Secretarias Municipais solicitantes e do fiscal de contrato;
 8. Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após recebimento definitivo.
 9. Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela **CONTRATANTE**, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos;
 10. **RECUSAR O RECIBEMTO DOS ITENS NAS SEGUINTE HIPÓTESES:**
 11. Se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;
 12. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e relatórios, quando for o caso;
 13. O recebimento provisório dos itens não implica sua aceitação definitiva, quando for o caso;
 14. O recebimento definitivo dar-se-á pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações e qualidade dos serviços, nos casos que se aplica;
- Esta seção define as responsabilidades da administração para o controle e auditoria:
15. Do Registro Formal: O setor administrativo da Contratante deverá registrar formalmente todos os preços (cotações) apresentados pelas empresas credenciadas (vencedoras e perdedoras), logo após o encerramento do prazo de 3 (três) horas úteis para resposta.
 16. Da Transparência e Controle (Auditoria): Todos os registros de preços cotados, bem como a documentação da aquisição e a notificação à empresa vencedora, deverão ser devidamente anexados à respectiva Nota de Autorização de Despesa (NAD) para fins de fiscalização e futuras auditorias pelos órgãos de controle.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1.** Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia sobre o valor do empenho. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil o Contrato poderá ser rescindido.
- 17.2.** Os serviços deverão ser fornecidos conforme estabelecidos neste edital e demais exigidas na Legislação em vigor;
- 17.3.** A **CONTRATADA** deverá fornecer os serviços de qualidade;
- 17.4.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;
- 17.5.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 17.6.** Executar a prestação dos serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.
- 17.7.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



regulamentadoras pertinentes;

17.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

17.9. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

17.10. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a documentação apresentada;

17.11. Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade documental, nos termos da habilitação;

17.12. Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

- 1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do interessado;
- 3 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do interessado;
- 4 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;
- 9 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

17.13. Se a interessada não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Paranaíta, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas neste Edital.

17.14. Para o fiel cumprimento do presente contrato, a **CREDENCIADA** se compromete ainda:

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CONTRATADA

17.14.1. DISPONIBILIZAÇÃO DE ESCRITÓRIO/AGÊNCIA E SERVIÇOS CONTRATADOS

A CONTRATADA deverá disponibilizar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, à sua conta e responsabilidade, escritório/agência presencial ou on-line, ou ainda, preposto, no Município de Paranaíta/MT, integrado às companhias aéreas, com equipamentos/mobiliários necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos). A participação da CONTRATADA está condicionada à aceitação da taxa definida pela Prefeitura de Paranaíta, não sendo permitida a participação de empresas que não concordem com o percentual estabelecido. Os serviços incluem:

- 17.14.1.1. Execução de reserva automatizada, “on-line” e emissão de seu comprovante;
- 17.14.1.2. Emissão de bilhetes automatizados, “on-line”;
- 17.14.1.3. Consulta e informação de melhor rota ou percurso, “on-line”;
- 17.14.1.4. Consulta e frequência de voos e equipamentos, “on-line”;
- 17.14.1.5. Consulta à menor tarifa disponível, “on-line”;
- 17.14.1.6. Impressão de consultas formuladas;
- 17.14.1.7. Alteração/remarcação de bilhetes; e
- 17.14.1.8. Combinação de tarifa.

17.14.2. ATENDIMENTO E PLANTÃO

17.14.2.1. A CONTRATADA deverá manter, à disposição da CONTRATANTE, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, escritório/agência presencial ou on-line, ou ainda, preposto, no Município de Paranaíta/MT, com funcionários suficientes para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços contratados. Após o horário estipulado, nos fins de semana e feriados, a CONTRATADA deverá disponibilizar plantão de telefones fixos e celulares, além de demais equipamentos necessários para emissões de passagens em casos excepcionais e urgentes, para realização da cotação inicial para análise de preço e melhor vantagem para CONTRATANTE.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



17.14.3. ASSESSORAMENTO E EMISSÃO DE BILHETES

17.14.3.1. A CONTRATADA deverá prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos ou do transporte rodoviário (partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes. Além disso, deverá proceder à emissão de bilhetes eletrônicos para outras localidades no Brasil, à disposição do passageiro, na companhia mais próxima, ou conforme o caso, nos aeroportos ou rodoviárias, informando o código e a empresa.

17.14.3.2. Após a avaliação da CONTRATANTE quanto a proposta mais vantajosa considerando valor, roteiro de viagem, horário, e frequência de voos será realizado a autorização da emissão do bilhete a empresa vencedora devendo as demais que não atendeu os requisitos desconsiderar a cotação atual realizada.

11.14.3.3. Critérios de Roteiro, Escalas e Conexão (Blindagem da Cotação)

A CONTRATADA deverá priorizar e apresentar, obrigatoriamente, as opções de voos que atendam aos seguintes critérios, a fim de garantir a maior eficiência e pontualidade da viagem:

<i>Critério</i>	<i>Detalhamento</i>
a) Número Máximo de Escalas	As opções de voos apresentadas na cotação deverão se limitar a, no máximo, 1 (uma) escala entre a origem e o destino final. Excepcionalmente, se comprovada a inexistência de voos com 0 (zero) ou 1 (uma) escala no dia da viagem, poderá ser apresentada a opção com 2 (duas) escalas, desde que justificada.
b) Duração Máxima da Conexão	O tempo de conexão (escala) entre o pouso de um voo e a decolagem do próximo deverá ser de, no máximo, 4 (quatro) horas , respeitando sempre o Tempo Mínimo de Conexão (MCT) exigido pelas companhias aéreas.
c) Responsabilidade por Esperas Longas	Em caso de o voo mais vantajoso (menor preço) ou a única opção disponível apresentar uma conexão superior a 4 (quatro) horas ou exigir <i>stopover</i> (pernoite) em aeroportos, a CONTRATADA será integralmente responsável por arcar com os custos de acomodação (hotel) e alimentação do passageiro durante o período de espera, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
d) Voos Red-Eye (Madrugada)	Não serão aceitas propostas que envolvam voos com partida ou chegada em horários de madrugada (entre 00:00h e 05:00h), exceto se for a única opção de menor preço e for expressamente autorizado pela CONTRATANTE.

17.14.4. DESCONTOS E COMPROVAÇÃO DE TARIFAS

17.14.4.1. A CONTRATADA deverá repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas. Também deverá fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhias aéreas.

17.14.5. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços consiste na realização das seguintes atividades:

17.14.5.1. Consulta via internet da frequência de voos, no intuito de definir a melhor rota;

17.14.5.2. Consulta via internet dos preços dos voos, no intuito de possibilitar a identificação das tarifas mais adequadas à CONTRATANTE, cuja escolha será pautada especialmente no menor preço;

17.14.5.3. Emissão das passagens aéreas dentro da tarifa mais vantajosa para a CONTRATANTE, assegurando, sempre que se verificar a condição, o menor preço em vigor, praticado por qualquer das companhias do setor, mesmo que em caráter promocional;

17.14.5.4. Envio para a CONTRATANTE, juntamente com a passagem emitida, a tela única de consulta simultânea a todos os voos das companhias aéreas, nacionais, constando trechos, horários, aeronaves, classes de bilhete e preço;

17.14.5.5. Justificativa dos motivos pelos quais não foi possível optar pela passagem de menor valor, no caso de ocorrer a emissão com valor acima do menor valor disponível;

17.14.5.6. Providência de alteração, remoção e cancelamento de bilhetes, observando as condições do instrumento contratual;

17.14.5.7. Não fornecimento de passagens que tenham qualquer tipo de restrição e que possam dificultar ou restringir os procedimentos de qualquer tipo de alteração e/ou transferências imediatas das datas de viagens;

17.14.5.8. Não fornecimento de passagens aéreas com origem em Planos de Milhagem e/ou Programas de Fidelidade;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



17.14.5.9. Providência, num prazo máximo de 4 (quatro) horas, contadas do momento da autorização definitiva, da emissão dos bilhetes de passagem aérea para viagens nacionais;

17.14.5.10. Reembolso à CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da solicitação, de valores correspondentes aos bilhetes, mediante depósito correspondente ao crédito na conta da CONTRATANTE, com o cancelamento dos bilhetes não utilizados;

17.14.5.11. Opção da CONTRATANTE, a seu critério, pela concessão do crédito referente a bilhetes não utilizados na emissão de novo bilhete, o que deverá ocorrer em até 11 (onze) meses, a contar do evento que caracterizou a não utilização;

17.14.5.12. Solução de problemas relacionados com passagens e embarques, em aeroportos ou rodoviárias, indicando, para tanto, número(s) telefônico(s), com plantão 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para que o usuário possa ser socorrido quando necessário, devendo a CONTRATADA receber chamadas telefônicas a cobrar, se for o caso;

17.14.5.13. Fornecimento, juntamente com as faturas, dos créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período, através de relatório que permitam à CONTRATANTE acompanhar o andamento das aquisições, reembolso de passagens, frequência de outras informações que a Fiscalização do Contrato venha solicitar à CONTRATADA.

17.14.6. FORNECIMENTO, CANCELAMENTO E REEMBOLSO DE BILHETES

17.14.6.1. O prazo para a entrega dos e-tickets e/ou bilhetes aéreos será imediato após a sua emissão, através de correspondência eletrônica, de acordo com a necessidade e o interesse da CONTRATANTE;

17.14.6.2. Os pedidos de cancelamento de bilhetes não utilizados, total ou parcialmente, ocorridos por mudança de planos em atenção à necessidade do serviço, desde que esteja no prazo e condições de cancelamento concedidos pelas Companhias Aéreas – os quais deverão ser devidamente comprovados pela CONTRATADA – implicarão o cancelamento automático, sem ônus para a CONTRATANTE e não serão incluídos no faturamento;

17.14.6.3. O valor dos bilhetes não utilizados pela CONTRATANTE será restituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da solicitação do reembolso, mediante emissão de nota de crédito em favor da CONTRATANTE. Caso não ocorra o referido reembolso no prazo estabelecido, os valores correspondentes aos bilhetes devolvidos serão glosados em fatura a ser liquidada;

17.14.6.4. A CONTRATADA deduzirá do reembolso o valor decorrente dos encargos inerentes ao cancelamento do bilhete em que deu causa, tais como: multa aplicada pela empresa aérea pelo cancelamento do bilhete, imposto, em caso de já ter sido faturado o bilhete ou cancelado;

17.14.6.5. Os preços das passagens aéreas, a ser cobrado pela CONTRATADA, deverão estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

17.14.7. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

A CONTRATADA fica obrigada a:

17.14.7.1. Aceitar integralmente a taxa definida pela Prefeitura de Paranaíta como condição essencial para a participação no credenciamento e execução dos serviços contratados.

17.14.7.2. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbitos Federais, Estaduais ou Municipais, incluindo a Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pelo contrato firmado entre as partes;

17.14.7.3. Empregar, na execução dos serviços, profissionais devidamente capacitados, especializados no trato de tarifas e emissão de passagens aéreas nacionais;

17.14.7.4. Manter em contato com a Administração, durante a vigência do Contrato, pessoas com telefone, capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

17.14.7.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes do Contrato, conforme exigência legal;

17.14.7.6. Informar previamente toda e qualquer alteração nas condições de fornecimento ou prestação dos serviços que atinja direta ou indiretamente a CONTRATANTE;

17.14.7.7. Suspender ou interromper o fornecimento ou os serviços prestados, quando solicitados;

17.14.7.8. Atender todas as requisições de emissão de E-tickets e/ou passagens aéreas, formuladas e pagas pela CONTRATANTE, de conformidade com as requisições que lhe foram encaminhadas, as quais deverão ser por escrito e devidamente assinadas pelo DAF do Órgão;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



- 17.14.7.9. Em casos emergenciais, e em dias e horários de não expediente da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá atender a requisição de emissão de passagens aéreas formuladas verbalmente pelos servidores que serão indicados por meio de Ofício, que será remetido à CONTRATADA, posterior à assinatura do contrato;
- 17.14.7.10. Receber os informativos sobre não utilização de bilhetes de passagens emitidas, providenciando o devido ressarcimento;
- 17.14.7.11. Efetuar pesquisa nas companhias aéreas, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem, fornecendo por escrito, as tarifas de pelo menos 02 (duas) companhias aéreas, à época da retirada do bilhete;
- 17.14.7.12. Realizar consulta que abarque TODAS (e não apenas as principais) companhias aéreas que comercializem passagens aéreas;
- 17.14.7.13. Repassar as vantagens e/ou bonificações em decorrência da emissão, em conjunto, de um determinado número de bilhetes de passagens;
- 17.14.7.14. Reembolsar, pontualmente, as companhias aéreas, independentemente da vigência do contrato, não respondendo a CONTRATANTE por este reembolso, que é de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- 17.14.7.15. Manter contato comercial com toda e qualquer companhia aérea, informando periodicamente as SECRETARIAS PARTICIPANTES às inclusões e/ou exclusões;
- 17.14.7.16. Fornecer a qualquer momento, quando solicitado pela CONTRATANTE, declaração expedida por companhias aéreas legalmente estabelecidas no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome; que possui idoneidade creditícia; que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas e que dispõe de terminal para reservas;
- 17.14.7.17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, que se fizerem necessários no objeto contratado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o disposto no art. 149, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das alterações contratuais;
- 17.14.7.18. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 144 da Lei nº 14.133/2021;
- 17.14.7.19. Atender prontamente todas as solicitações da CONTRATANTE previstas neste Termo de Referência e outras estabelecidas no Contrato;
- 17.14.7.20. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;
- 17.14.7.21. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- 17.14.7.22. Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme o art. 22 da Lei nº 14.133/2021, que trata dos requisitos de habilitação;
- 17.14.7.23. Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido legal, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato (art. 161 da Lei nº 14.133/2021), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento do Contrato e na Lei;
- 17.14.7.24. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual;
- 17.14.7.25. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e outras previstas no Contrato;
- 17.14.7.26. Apresentar, mês a mês, as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pela CONTRATANTE, cujo cumprimento dessa obrigação é condição para o pagamento da próxima fatura, visto que em consonância com o Acórdão TCU nº 1314/2014 – Plenário, é irregular o pagamento efetuado com base apenas em sistemas criados e mantidos pelas agências de viagens.

17.14.8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Referência está em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, devendo a CONTRATADA observar integralmente as disposições legais e contratuais, incluindo a aceitação da



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



taxa definida pela Prefeitura de Paranaíta, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

17.14.9. DA HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

17.14.9.1 Da Taxa Administrativa Fixada: A taxa administrativa a ser praticada pelas credenciadas, incidente sobre o valor líquido da tarifa aérea (excluída a taxa de embarque), será fixada em 10% (dez por cento). Somente as empresas que aceitarem as condições estabelecidas no edital e demonstrarem capacidade técnica e habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e concordarem com a Taxa Administrativa Fixada terão o seu credenciamento deferido e poderão participar do processo de cotação. A taxa de remuneração será a mesma para todas as empresas credenciadas.

17.14.9.1.1. Da vedação à taxa administrativa zerada

Não será admitida a apresentação de proposta com taxa administrativa igual a zero, negativa ou que resulte em remuneração incompatível com os custos operacionais da prestação dos serviços.

A vedação visa assegurar a exequibilidade contratual, a transparência da composição dos preços e a correta identificação dos custos envolvidos na prestação dos serviços de agenciamento de viagens, evitando propostas inexequíveis ou que possam comprometer a execução do objeto.

A empresa credenciada deverá informar expressamente, em cada cotação apresentada, o valor correspondente à taxa administrativa aplicada.

17.14.10. DO PROCEDIMENTO DE COTAÇÃO E SELEÇÃO

Esta seção detalha o fluxo de compra, o prazo e a regra de adjudicação:

17.14.10.1 Da Solicitação de Cotação: Quando houver necessidade de aquisição de passagens **aéreas**, a Contratante (Setor Administrativo/Requisitante) encaminhará a solicitação de cotação (detalhando trecho, data, horário e passageiro) por meio de e-mail ou sistema informatizado para todas as empresas credenciadas.

17.14.10.2 Da Apresentação de Propostas: As empresas credenciadas deverão responder à solicitação de cotação com a indicação dos valores e dados do voo, em estrita observância ao prazo estabelecido.

17.14.10.2.1. Da composição e detalhamento da proposta

As propostas apresentadas pelas empresas credenciadas deverão conter, obrigatoriamente, o detalhamento individualizado dos valores que compõem o preço final ofertado, discriminando de forma clara e objetiva:

- a) Valor da tarifa aérea;
- b) Valor das taxas aeroportuárias e de embarque;
- c) Valor da taxa administrativa;
- d) Valor total da proposta.

A ausência da discriminação dos valores ou a apresentação de proposta de forma genérica, sem a identificação da composição dos preços, acarretará a desclassificação da cotação para fins de análise e contratação.

17.14.10.3 Do Prazo para Resposta: O prazo máximo e improrrogável para a apresentação da proposta de preço (cotação) por parte da Contratada será de 3 (três) horas úteis, a contar do registro de envio da solicitação pela Contratante.

17.14.10.4 Da Inadmissibilidade: Não serão aceitas e serão desconsideradas as propostas de preços apresentadas após o decurso do prazo de 3 (três) horas úteis.

17.14.10.5 Do Critério de Seleção: Será vencedora a empresa que apresentar a proposta de menor preço total (Tarifa Aérea + Taxas Aeroportuárias + Taxa Administrativa Fixa) no prazo estipulado.

17.14.10.6 Da Homologação e Notificação: Após o registro de todos os preços, a Contratante notificará exclusivamente a empresa vencedora da cotação. Não há necessidade de notificação formal às demais credenciadas que não venceram a cotação.

17.14.11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA VENCEDORA

Esta seção foca nas obrigações da empresa que venceu a cotação:

17.14.11.1 Do Prazo para Reserva e Emissão: A empresa credenciada que for declarada vencedora da cotação terá o prazo máximo e improrrogável de 3 (oito) horas úteis adicionais, a contar da notificação da Contratante (após o registro dos preços), para efetuar a reserva e a posterior emissão da passagem aérea, conforme a modalidade de pagamento acordada.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



17.14.11.2 Da Execução do Serviço: A Contratada deverá realizar a entrega dos bilhetes/serviços no prazo máximo de imediato, contado a partir da data de emissão da Nota de Autorização de Despesas (NAD) ou documento equivalente.

17.14.11.3 Das Sanções: O não cumprimento dos prazos estabelecidos (3 horas úteis para cotação e 3 horas úteis adicionais para emissão) sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência e no Edital;

17.14.11.4 Os serviços previstos neste processo deverão ser obrigatoriamente realizados no Município de Paranaíta, em local indicado da CONTRATANTE, sendo o local exato informado à CONTRATADA com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos antes da realização do serviço.

17.14.11.5 A CONTRATADA se compromete a prestar os serviços exclusivamente no local indicado, conforme as orientações e horários previamente estabelecidos pela CONTRATANTE, garantindo o cumprimento das condições e exigências locais.

17.14.11.6 Os serviços poderão ser prestados em unidades localizadas em áreas urbanas e rurais, inclusive em espaços públicos ou comunitários, com disponibilidade para atuação em horários diurnos e/ou noturnos, conforme escala previamente definida pela Administração;

17.14.11.7 A empresa credenciada terá prazo máximo para apresentação do preço das passagens cotadas, de 3 (três) horas uteis, e caso seja o menor preço dentre as credenciadas terá prazo de mais 3(três) horas uteis a partir da autorização do administrativo responsável para reserva e posterior compra das passagens.

19. DOS PAGAMENTOS PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a efetiva prestação dos serviços, mediante apresentação da relação de procedimentos realizados e da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal de competente do Município de Paranaíta/MT.

19.2. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição dos serviços prestados a este Consórcio, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

19.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

19.2.2. Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços prestados.

19.3. A Secretaria Municipal de competente do Município de Paranaíta/MT, não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

19.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

18.5. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

19.6. Para fazer jus ao pagamento, o ente de direito credenciado deverá apresentar junto com cada nota fiscal, os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do interessado;
- c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do interessado;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;
- e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

20.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo (a) Agente de Contratação durante o certame;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



20.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

20.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

20.1.5. fraudar a licitação

20.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

20.1.8. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº. 12.846, de 2013.

20.2. Com fulcro na Lei nº. 14.133, de 2021, a Administração deverá garantir o contraditório, a ampla defesa, aplicar aos interessados e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1. advertência;

20.2.2. multa;

20.2.3. impedimento de licitar e contratar e

20.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

20.3.2. as peculiaridades do caso concreto

20.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

20.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

20.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do Contrato ou da Ata de Registro de Preços licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

20.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do licitado.

20.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do licitado.

20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



20.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8. Deverá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133/2021.

20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº. 73, de 2022.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

21.1. É facultada ao Agente de Contratação ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.2.1. A anulação do procedimento induz à da Ata.

21.2.2. Os interessados não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do objeto do edital.

21.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.5. Excepcionalmente, a empresa poderá solicitar a substituição/troca dos itens cotados, através de pedido escrito, comprovando o motivo e devidamente instruído com laudo técnico emitido por profissional registrado no Conselho de Classe competente. A solicitação será analisada por esta Prefeitura e, sendo verificada a possibilidade de troca, bem como a inexistência de qualquer prejuízo ao erário, será autorizada.

21.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada para abertura dos envelopes, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo manifestação em contrário.

21.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



21.10. A ratificação desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

21.11. Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório, incorrerá em pena de detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa, nos termos do Art. 337-I do Código Penal; (Incluído pela Lei nº. 14.133, de 2021).

21.12. As normas que disciplinam o certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

a) Salvo ressalva expressa, todos os prazos em dias estabelecidos neste Edital serão consecutivos.

b) Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis.

c) Os prazos em horas úteis obedecem ao horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Paranaíta (7h00 às 11h00 e das 13:00 às 17:00 - horário local).

21.13. A Cópia do Edital e de seus Anexos poderá ser obtida pelo site: (www.paranaita.mt.gov.br) e também pode ser feita a solicitação através do e-mail: licitação2@hotmail.com, podendo ainda ser obtida junto ao Departamento de Licitação, no horário das (7h00 às 11h00 e das 13:00 às 17:00 - horário local), até o último dia que anteceder a data prevista para análise da documentação.

21. ANEXOS DO EDITAL.

21.1. São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente aos credenciados:

Anexo I: Termo de Referência – Descrição e quantitativo do objeto e consulta ao banco de preços radar

Anexo II: Termo de Aceite da Proposta Financeira

Anexo III: Modelo Carta de Credenciamento

Anexo IV: Declaração de Cumprimento de Requisitos Legais

Anexo V: Declaração de Habilitação

Anexo VI: Declaração de Superveniência de Fato Impeditivos da Habilitação

Anexo VII: Minuta do Contrato

Paranaíta - MT, 25 de junho de 2026.

Lizandra Bertolini
Agente de Contratação
Decreto Municipal nº 001/2026 e 002/2026



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

a) INTRODUÇÃO:

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá as necessidades abaixo especificadas. A elaboração desde documento segue o Art. 18 inciso I e paragrafo 1º inciso I ao XII da lei federal 14.133/2021 no qual diz:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - A descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - Requisitos da contratação;

IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O objetivo principal deste é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

No presente documento será avaliada a viabilidade da contratação pretendida, bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de modo a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT em conformidade com a legislação supracitada.

a) DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, conforme o inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 7º, inciso I, da IN nº 40/2020.

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, localizada em Mato Grosso, precisa contratar (por meio de credenciamento) uma empresa especializada para prestar serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais, incluindo todas as taxas de embarque. Este credenciamento é considerado essencial para manter a eficiência na gestão das viagens oficiais, garantindo que servidores públicos e representantes da Prefeitura tenham condições adequadas para cumprir seus compromissos e atividades em todo o território nacional.

A contratação desse serviço é fundamental por diversos motivos que impactam diretamente a administração pública. Primeiramente, ela assegura a facilidade de mobilidade e a economia de tempo, pois as viagens aéreas são frequentemente o meio de transporte mais rápido, permitindo que os servidores cumpram suas obrigações sem atrasos significativos e com processos de emissão ágeis. Em segundo lugar, promove a eficiência administrativa e a redução de custos, pois ao terceirizar a logística para especialistas, a Prefeitura pode focar em suas funções primárias, enquanto a empresa busca melhores tarifas e condições, minimizando despesas com imprevistos.

Por fim, a parceria com uma empresa credenciada garante a segurança e a confiabilidade no planejamento e execução das viagens. Dessa forma, o credenciamento é vital para que a Prefeitura de Paranaíta mantenha uma logística de viagens organizada, eficiente e econômica, contribuindo diretamente para a qualidade esperada na realização de suas atividades administrativas e operacionais.

b) ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Administração, Gabinete do Prefeito, Saúde, Educação, Assistência Social do município de Paranaíta/MT.

c) DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, conforme o inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 7º, inciso II, da IN nº 40/2020.

A empresa interessada deve possuir todas as licenças, autorizações e registros necessários para operar em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. Tais documentos são essenciais para assegurar a legalidade das operações.

A empresa deve estar devidamente registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que atesta sua capacidade legal para prestar serviços e emitir notas fiscais em conformidade com as normas vigentes.

A empresa deve manter sua situação fiscal regular, incluindo o pagamento pontual de impostos, taxas e contribuições, bem como a apresentação das declarações exigidas pelos órgãos competentes.

A prestadora de serviços deve demonstrar sua capacidade técnica para atender às demandas da Prefeitura de Paranaíta.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



A empresa deve possuir capacidade logística e operacional para garantir a entrega dos itens e/ou a prestação dos serviços.

A empresa contratada deve aderir estritamente às condições acordadas, incluindo o escopo de trabalho, prazos de entrega e execução, preços, formas de pagamento e eventuais penalidades.

A empresa deve cumprir rigorosamente todas as normas trabalhistas, garantindo os direitos e benefícios de seus funcionários, de acordo com a legislação vigente, promovendo um ambiente de trabalho justo e ético.

A empresa deve possuir políticas de proteção de dados, a fim de garantir a segurança das informações tratadas durante a execução do objeto a ser contratado.

O preço proposto deve ser competitivo e justificado pela qualidade do objeto, alinhando-se às práticas de mercado e garantindo um equilíbrio entre custo e benefício.

A empresa contratada deve demonstrar capacidade para realizar entregas e/ou prestar os serviços dentro dos prazos acordados, evitando interrupções indesejadas.

A empresa deve implementar e manter rigorosos protocolos de segurança no trabalho, conforme as normas regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, para garantir a segurança dos trabalhadores e a prevenção de acidentes.

A empresa deve ter experiência comprovada na prestação do serviço do objeto deste processo, com histórico de clientes satisfeitos e entregas bem-sucedidas.

A empresa deve possuir seguro de responsabilidade civil adequado para cobrir eventuais problemas relacionados aos serviços prestados.

A empresa deve estar em conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis a prestação de serviços para a administração pública, incluindo a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e suas alterações.

O contrato/ata terá sua vigência de 12 meses, a partir da data de sua publicação, considerando Lei Orçamentária Anual, prevendo possíveis imprevistos de atraso na execução.

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato.

Atender, por meio do preposto nomeado, qualquer solicitação por parte da fiscalização do contrato, prestando as informações referentes à prestação dos serviços, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado.

Toda execução deverá ser considerada as condições expostas no Termo de Referência e todas as condições adicionais expostas em edital.

A empresa deve atuar de forma transparente e ética, mantendo a boa relação com a contratante e cumprindo integralmente as obrigações contratuais.

A empresa contratada deverá realizar a entrega do item e/ou a prestação dos serviços no prazo máximo de 3 horas úteis para apresentar os valores da passagem do dia, e se confirmado para compra a empresa ganhadora do menor preço terá prazo máximo de 3 horas úteis para reserva e posterior compra da passagem, contados a partir da data de emissão da Nota de Autorização de Despesas pela contratante.

Os itens e/ou serviços contratados deverão ser entregues ou prestados por email ou aplicativo de comunicação de comum acordo entre as partes, podendo ser na zona urbana e/ou rural, sem que isso acarrete qualquer custo adicional à contratante.

Os itens e/ou serviços contratados deverão ser entregues ou prestados dentro do horário comercial da contratante, respeitando os dias e horários de funcionamento previamente estabelecidos.

Caso seja constatada qualquer irregularidade na prestação dos serviços, em desacordo com as especificações solicitadas, a empresa contratada deverá proceder com a substituição ou correção dos mesmos no prazo máximo de 6 horas antecedentes voo adquirido, sem qualquer custo adicional para a contratante.

A empresa contratada deverá acatar eventuais supressões nos valores unitários dos itens e/ou serviços, caso seja constatado que os mesmos estão acima dos valores praticados no mercado. Da mesma forma, a



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



contratante se compromete a analisar e, quando devidamente justificado, aceitar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro nas situações em que os itens e/ou serviços tenham sofrido alterações significativas de valor no mercado, em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

A empresa a ser contratada pela Prefeitura de Paranaíta deve, prioritariamente, comprovar que possui a **infraestrutura, tecnologia e capacidade operacional** necessárias para executar os serviços contínuos de manutenção, garantia e segurança do banco de dados e do sistema de carta de serviços do site oficial. É crucial que o serviço seja ininterrupto e compatível com os procedimentos já em uso pela Secretaria, evitando a perda ou duplicação de dados.

É exigido que a contratada garanta a **segurança completa da informação**, o que inclui o atendimento a todas as normas e diretrizes, como criptografia de dados, realização de *backups* regulares e proteção contra acessos não autorizados. Além disso, a empresa deve estar em total conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** e outras regulamentações pertinentes. Para assegurar a qualidade e o cumprimento contratual, a empresa deve se submeter a auditorias periódicas realizadas pela Prefeitura.

O pacote de serviços deve ser complementado por **suporte e capacitação**. A empresa deve disponibilizar suporte técnico especializado em horário comercial, oferecer treinamento completo para os funcionários da Secretaria para que utilizem as ferramentas de forma eficaz, e fornecer documentação técnica detalhada. Por fim, a solução deve contar com uma equipe técnica qualificada, permitir a **interoperabilidade** com outros formatos de dados e plataformas do município, e fornecer **funcionalidades robustas para a geração de relatórios gerenciais** e apoio à tomada de decisões estratégicas.

d) LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, conforme o inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

O levantamento de mercado é uma etapa crucial no processo de contratação de serviços e aquisição de materiais. Este levantamento nos permite entender o cenário do mercado, os preços praticados, as empresas disponíveis que podem atender às necessidades específicas da contratante e a melhor forma de contratação.

O levantamento de mercado realizado pela Prefeitura de Paranaíta concluiu que a modalidade de credenciamento é a forma mais viável e adequada para a contratação dos serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais. Essa escolha se justifica por assegurar um processo ágil, eficiente, transparente e alinhado aos princípios da administração pública, além de permitir a identificação de empresas mais qualificadas através do estabelecimento de critérios técnicos objetivos. A pesquisa confirmou que o credenciamento é a solução mais adotada pela maioria das prefeituras do Mato Grosso para este tipo de serviço.

Entre as vantagens do credenciamento, destacam-se a transparência, a igualdade de condições para todas as empresas interessadas, a otimização dos recursos públicos pela redução de riscos e a flexibilidade para ajustar os critérios técnicos às necessidades específicas da Prefeitura. No entanto, o texto também aponta desvantagens, como o tempo mais longo necessário para a organização do processo, o custo administrativo inicial para sua condução e o risco de contestações que podem atrasar o cronograma.

O estudo de mercado, baseado em dados do Portal Radar de Controle Público do TCE/MT, também avaliou outras modalidades. O Pregão foi considerado uma alternativa por oferecer flexibilidade, transparência e competição (podendo levar a um valor mais vantajoso), mas apresenta riscos de licitações desertas. O Credenciamento (Art. 79 da Lei nº 14.133/2021) é a modalidade preferida, pois confere maior agilidade e sucesso na contratação, dispensando processos licitatórios tradicionais, embora exija um cuidado metucioso na cotação de preços, já que não há competição direta entre os fornecedores. Por fim, a modalidade de inexigibilidade por credenciamento (Art. 74, III, c/c Art. 79) foi



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



descartada devido ao valor estimado da contratação, R\$ 980.000,00, que ultrapassa os limites definidos em lei.

e) **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, conforme o inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 7º, inciso IV, da IN nº 40/2020.

Com base no levantamento de mercado e na situação atual, a Prefeitura de Paranaíta decidiu formalizar a contratação dos serviços por meio de credenciamento de empresas. A principal razão para a urgência dessa escolha é o fato de que o contrato vigente está quase sem saldo, o que ameaça a continuidade dos serviços essenciais para as Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social e Gabinete.

A modalidade de credenciamento foi preferida em detrimento do pregão, que exigiria um período significativo para elaboração, publicação e homologação, comprometendo o fluxo dos serviços. Além da agilidade, a Prefeitura concluiu que o credenciamento oferece a melhor vantagem de preço, permitindo a contratação por um valor estimado de R\$ 980.000,00, com a possibilidade de comprar sempre pelo menor valor entre as empresas credenciadas.

Dessa forma, o processo de contratação será realizado por credenciamento devido à sua natureza ágil, à capacidade de garantir a continuidade dos serviços essenciais e por oferecer a melhor relação custo-benefício para a administração municipal de Paranaíta.

f) **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

Fundamentação: Estimativa das quantidades a ser contratadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, conforme o inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 7º, inciso V, da IN nº 40/2020.

O processo de credenciamento refere-se à prestação de serviços de passagens aéreas por um período máximo de 12 meses, o que constitui a estimativa de vigência contratual. O objetivo central é selecionar empresas especializadas que possam oferecer a emissão, remarcação e cancelamento de passagens de forma contínua, garantindo alta qualidade e eficiência no atendimento das necessidades da Prefeitura de Paranaíta/MT.

Para garantir que a contratação seja economicamente vantajosa e transparente, as empresas interessadas deverão apresentar uma taxa administrativa competitiva. Este critério é fundamental e será aplicado na gestão e execução dos serviços. Ao final, este procedimento visa a otimização dos recursos públicos, assegurando que os servidores e colaboradores realizem suas viagens oficiais de maneira segura, eficiente e econômica, cumprindo plenamente as exigências administrativas.

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO DO ITEM	COD UF	UNID	VALOR TOTAL ESTIMADO	TAXA ADMINISTRATIVA FIXADA	DESCONTO SOBRE A TAXA ADMINISTRATIVA % MELHORE PROPOSTA APESENTADA	PORCENTAGEM FIXADA ATUALIZADA
1	00057101	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVICOS DE EMISSAO, REMARCA CAO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AEREAS NACIONAIS, COM TAXA DE EMBARQUE	1	SERV	R\$ 980.000,00	10%	50%	5%



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



g) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, caso a administração opte por preservar seu sigilo até a conclusão da licitação, conforme o inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 7º, inciso VI, da IN nº 40/2020.

A Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT está realizando o **credenciamento** de empresas especializadas para a prestação de serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais por um período de **12 meses**. O objetivo é garantir a continuidade e a eficiência das viagens oficiais – vitais para o **Executivo, Saúde e Assistência Social** – visando o desenvolvimento municipal, aprimoramento de políticas públicas e acompanhamento de pacientes.

O valor estimado para a contratação é de **R\$ 980.000,00**, e as empresas devem oferecer uma **taxa administrativa competitiva** como critério de avaliação econômica.

A modalidade de **Credenciamento** (amparada pela Lei nº 14.133/2021) foi escolhida por ser a solução mais adotada no estado e por sua **agilidade** em comparação com o Pregão. Esta agilidade é crucial, pois o contrato anterior está sem saldo e a interrupção dos serviços comprometeria as atividades essenciais da Prefeitura. Embora o credenciamento não envolva competição direta, ele permite contratar sempre pelo menor valor entre os fornecedores credenciados, garantindo a **melhor relação custo-benefício** e a **continuidade** dos serviços.

Por tratar-se de meras estimativas, os valores estimados não constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro com a contratada, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como quantidade para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com às necessidades da contratante bem como tabela de referência de preço, sem que isso justifique qualquer indenização à contratada.

Em relação ao processo de balizamento, o método adotado para estimar o valor unitário dos itens da nova contratação será a/o menor desconto em porcentagem sobre a taxa fixa administrativa de 10% entre os orçamentos realizados, com o intuito de refletir os preços praticados no mercado para os itens em questão, garantindo a adequação aos valores de mercado e a transparência na formação do valor estimado.

Já para o critério de julgamento da proposta, será adotado o menor desconto em porcentagem sobre a taxa fixa administrativa de 10%, conforme estipulado na Lei nº 14.133/2021, que assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sempre observando as condições e especificações detalhadas no edital. Esse critério visa a obtenção da melhor proposta em termos de custo-benefício, priorizando a eficiência e a economicidade para o ente público.

h) JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Justificativa para o parcelamento ou não da solução, conforme o inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 7º, inciso VII, da IN nº 40/2020.

A Prefeitura de Paranaíta/MT está realizando o credenciamento de múltiplas empresas especializadas para a prestação de serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais por 12 meses, com um valor estimado de R\$ 980.000,00. O objetivo é garantir a continuidade das viagens oficiais – cruciais para as Secretarias de Executivo, Saúde e Assistência Social – visto que o contrato anterior está sem saldo e sua interrupção comprometeria as atividades essenciais do município.

A escolha do Credenciamento (amparado pela Lei nº 14.133/2021) se deu pela sua agilidade em comparação com o Pregão e por ser a solução mais vantajosa economicamente. Ao credenciar diversas empresas, a Prefeitura assegura competitividade e economia, pois pode adquirir os serviços sempre pelo menor preço oferecido e escolher a melhor proposta a cada necessidade. Esta abordagem foi considerada superior ao parcelamento da solução, garantindo a continuidade, eficiência e transparência necessárias para a administração pública.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



i) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes, conforme o inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 7º, inciso VIII, da IN nº 40/2020.

Não se verifica contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

j) ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações – PCA, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, conforme o inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação pretendida encontra-se alinhada com o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e estão consignados na Lei Orçamentária Anual por meio do Decreto Municipal Nº 003/2026.

k) RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, conforme o inciso IX do art. 7º da IN nº 40/2020.

Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

O credenciamento para a contratação dos serviços de passagens aéreas visa alcançar resultados diretos para a Prefeitura de Paranaíta/MT. O primeiro objetivo é garantir a eficiência e agilidade na gestão de viagens, assegurando que servidores e colaboradores cumpram seus compromissos no território nacional de forma rápida e organizada.

Em termos econômicos, espera-se a otimização dos recursos públicos e a economia significativa. O credenciamento permite que a Prefeitura solicite orçamentos e adquira passagens sempre pelo menor preço oferecido, devido à competitividade entre os múltiplos prestadores.

Finalmente, a modalidade busca a melhoria da qualidade dos serviços, permitindo a seleção de prestadores que atendam aos padrões de excelência. Além disso, reforça a transparência e a conformidade com os princípios da administração pública, dando iguais oportunidades de participação a todas as empresas e fortalecendo a credibilidade da gestão. Em última análise, o processo contribui para a continuidade e eficiência dos serviços prestados pela Prefeitura à população.

l) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente a celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, conforme o inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 7º, inciso XI, da IN nº 40/2020.

Já existe contratação desta natureza no órgão, não sendo necessária adequação do ambiente organizacional e/ou capacitação de servidores e empregados.

m) POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectiva medidas mitigadoras, incluindo requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reserva para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável, conforme o inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

O mesmo não gera impactos ambientais.

n) DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, conforme o inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



Após a realização dos estudos preliminares e a análise minuciosa das alternativas disponíveis, conclui-se que a contratação dos serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais para a Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT é plenamente viável, tanto do ponto de vista técnico quanto operacional. As justificativas apresentadas demonstram que a proposta atende integralmente às necessidades da Administração Pública, estando em conformidade com as disposições legais e regulamentares pertinentes.

A análise detalhada dos requisitos técnicos, das condições do mercado e das alternativas existentes revela que a solução proposta não apenas se adequa aos parâmetros exigidos, mas também se mostra a mais apropriada para atender às demandas da contratante de forma eficiente, eficaz e econômica. O credenciamento de várias empresas permite a criação de um ambiente competitivo, onde as empresas credenciadas poderão oferecer seus serviços, gerando concorrência saudável e beneficiando a Administração com melhores preços.

Diante do exposto, a contratação por meio de credenciamento demonstra-se vantajosa, pois possibilita a seleção das empresas mais qualificadas e com melhores condições de preço e qualidade. Isso garante que a Prefeitura sempre comprará os serviços pelo menor orçamento lançado, promovendo uma gestão eficiente dos recursos públicos e assegurando a continuidade dos serviços essenciais.

Lizandra Bertolini
Agente de Contratação
Decreto Municipal nº. 001/2026 e 002/2026



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

Nº DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 124/2026

Secretaria Requisitante: Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal Administração.

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

- Inexigibilidade de Licitação
- Credenciamento
- Chamamento Público

2. DA DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO E OU SERVIÇOS:

- Compras de materiais e bens comuns
- Compras de equipamento e materiais
- Serviços comuns – manutenção/prestação de serviços.
- Serviços especializados
- Serviços técnicos - consultoria /auditoria /assessoria.
- Serviços de engenharia e obras

3. DO OBJETO:

3.1. O objeto do presente termo é CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AERÉAS NACIONAIS, COM TAXA DE EMBARQUE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT, conforme características e condições estabelecidas neste Termo de Referência e especificações e quantitativos constantes neste processo, parte integrante deste documento.

4. DA JUSTIFICATIVA:

4.1. Suprir a demanda do Município de Paranaíta do Estado de Mato Grosso, proporcionando continuidade no fluxo de trabalho nas diversas áreas de atuação desta prefeitura, mas em especial: Suprir a demanda do Município de Paranaíta do Estado de Mato Grosso, proporcionando continuidade no fluxo de trabalho nas diversas áreas de atuação desta prefeitura, conforme necessidade descrita no item 3 do Estudo Técnico Preliminar

5. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

5.1 Será adotada a Lei Federal nº. 14.133/2021, notadamente os Arts. 74, *caput*, IV, 78, I, combinados com o Art. 79, I, todos da mencionada Lei.

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...];

IV- Objetos que devem ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

I - Credenciamento;

[...];

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

padronizadas;

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - O edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

[...];

V - Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração”.

6. DOS RESULTADOS ESPERADOS:

6.1. Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência;

6.2. Utilização sustentável dos recursos financeiros desta Prefeitura, alocando somente o necessário para cada aquisição;

6.3. Serviços e materiais de qualidade;

6.4. Que a contratada atenda às necessidades da secretaria cumprindo com as exigências do objeto conforme este Termo de Referência, possibilitando assim o atendimento da demanda deste Município de Paranaíta/MT, conforme necessidade descrita no item 12 do Estudo Técnico Preliminar.

7. JUSTIFICATIVA E DEMONSTRATIVO DE VANTAJOSIDADE NO PREÇO E ESCOLHA DO FORNECEDOR.

Considerando a forma da contratação que será por credenciamento, entendemos que o menor valor deverá ser utilizado visto que a prestação de serviço ou entrega de produtos segundo a Lei de Licitações sempre se dá pela melhor proposta.

Neste caso em tela, utilizamos o menor valor consultado para tabular a contratação, privando pelos princípios constitucionais, trazendo economicidade aos cofres públicos, e celeridade no ato da contratação considerando que o resultado esperado e guarda a vida/saúde humana, necessitando substituição imediata dos profissionais da saúde, evitando assim o que temos de mais precioso que é nossa vida e a vida de nosso próximo, diante do exposto adotamos a política de se utilizar o menor valor encontrado.

8. DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá ser preenchida através de **Anexo II** pré-estabelecido para aceite dos preços formulados pela Administração Pública Municipal, sendo fixados por um período de 12 (doze) meses.

8.2. O valor a ser pago é fixo e irrevogável durante toda a vigência do contrato, salvo se houver mudanças na economia do país que implique em reajustamento meramente para equilibrar o valor da contraprestação.

8.3. A vigência do contrato oriundo desse credenciamento será da data de sua assinatura com validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

máximo permitido em Lei, especificamente com base na Lei Federal nº. 14.133/2021.

8.4. Somente serão aceitos preços em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismo arábico e, de preferência, por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, e nele deverão estar computadas todas as despesas incidentes, incluindo taxas e impostos.

8.5. O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições habilitatórias do início do contrato.

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

9.1. Os serviços serão executados após a emissão da ordem de serviço/requisição/autorização expedido pela autoridade competente.

9.2. Os serviços serão executados na sede da contratada ou em local indicado pela mesma.

9.3. Os serviços prestados serão pagos conforme relatórios apresentados pelo prestador de serviços e atestados pela Secretaria de Saúde.

10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da entrega do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada pela Fiscal de Contrato FABIANA GODOY DE JESUS – ADM, VALDETE APARECIDA BONATO DOMINGUES – GABINETE DO PREFEITO, ALESSANDRA FERREIRA GARCEZ – SEC. DE SAÚDE E TAYNARA DE SOUZA FERNANDES – ASSISTENCIA SOCIAL), representante da Administração especialmente designada conforme requisitos estabelecidos no Art. 7º da Lei Federal 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

10.2. O profissional designado tem a incumbência de:

a) Conferir qualitativa e quantitativamente os serviços, recusando-os caso não estejam de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência;

b) Proceder de forma criteriosa a sua conferência e recebimento;

c) prestar qualquer tipo de esclarecimento quanto à característica, quantidade ou qualidade dos serviços contratados;

d) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

e) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.3. O prestador ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

10.4. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do prestador para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, dentre outros.

10.5. A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da Prefeitura do Município de Paranaíta/MT.

10.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, sempre que necessário e que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

10.7. Todas as ORDENS DE SERVIÇOS, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o(a) CONTRATADO(A) serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

fundamentadas em ordens ou declarações verbais;

10.8. Das decisões da fiscalização poderá o(a) CONTRATADO(A) recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE;
2. Executar o objeto, conforme descritos neste termo de referência;
3. Respeitar os limites dos quantitativos especificados e sob nenhum argumento poderá deixar de atender as solicitações de prestação de serviço a Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do instrumento contratual a ser firmado;
4. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisita-la no mesmo prazo, via e-mail, ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil o Contrato poderá ser cancelado ou rescindido;
5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;
6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
7. A falta de quaisquer dos itens cujo execução incumbe ao detentor do preço contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste termo e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;
8. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros;
9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, nos casos que se aplica;
10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do execução a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;
11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura Municipal mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
12. prestar os serviços, conforme estipulado no contrato e de acordo com a proposta apresentada;
13. A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades, estabelecidos neste termo;
14. O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços/produto;
15. Não haverá pagamento parcial da nota, no caso de falta dos serviços/produtos ou passíveis de substituição;
16. Manter a regularidade Fiscal na vigência do Contrato;
17. A CONTRATADA terá que seguir as descrições dos itens, conforme consta no termo de referência;
18. Atender a todas as exigências do contrato e executar todos os itens contratados, conforme estabelecido neste termo e estabelecido no contrato, bem como, no instrumento



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada, nos casos de trabalhos descumpridos por parte da Contratada;

19. Os serviços/objetos serão prestados a Secretaria Municipal requisitante, através da emissão da Nota de Autorização de Despesa – NAD

Além das obrigações descritas acima, a empresa contratada obriga-se ainda a:

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CONTRATADA

11.21.1. DISPONIBILIZAÇÃO DE ESCRITÓRIO/AGÊNCIA E SERVIÇOS CONTRATADOS

A CONTRATADA deverá disponibilizar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, à sua conta e responsabilidade, escritório/agência presencial ou on-line, ou ainda, preposto, no Município de Paranaíta/MT, integrado às companhias aéreas, com equipamentos/mobiliários necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos). A participação da CONTRATADA está condicionada à aceitação da taxa definida pela Prefeitura de Paranaíta, não sendo permitida a participação de empresas que não concordem com o percentual estabelecido. Os serviços incluem:

11.21.1.1. Execução de reserva automatizada, “on-line” e emissão de seu comprovante;

11.21.1.2. Emissão de bilhetes automatizados, “on-line”;

11.21.1.3. Consulta e informação de melhor rota ou percurso, “on-line”;

11.21.1.4. Consulta e frequência de voos e equipamentos, “on-line”;

11.21.1.5. Consulta à menor tarifa disponível, “on-line”;

11.21.1.6. Impressão de consultas formuladas;

11.21.1.7. Alteração/remarcação de bilhetes; e

11.21.1.8. Combinação de tarifa.

11.21.2. ATENDIMENTO E PLANTÃO

11.21.2.1. A CONTRATADA deverá manter, à disposição da CONTRATANTE, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, escritório/agência presencial ou on-line, ou ainda, preposto, no Município de Paranaíta/MT, com funcionários suficientes para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços contratados. Após o horário estipulado, nos fins de semana e feriados, a CONTRATADA deverá disponibilizar plantão de telefones fixos e celulares, além de demais equipamentos necessários para emissões de passagens em casos excepcionais e urgentes, para realização da cotação inicial para análise de preço e melhor vantagem para CONTRATANTE.

11.21.3. ASSESSORAMENTO E EMISSÃO DE BILHETES

11.21.3.1. A CONTRATADA deverá prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos ou do transporte rodoviário (partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes. Além disso, deverá proceder à emissão de bilhetes eletrônicos para outras localidades no Brasil, à disposição do passageiro, na companhia mais próxima, ou conforme o caso, nos aeroportos ou rodoviárias, informando o código e a empresa.

11.21.3.2. Após a avaliação da CONTRATANTE quanto a proposta mais vantajosa considerando valor, roteiro de viagem, horário, e frequência de voos será realizado a autorização da emissão do bilhete a empresa vencedora devendo as demais que não atendeu os requisitos desconsiderar a cotação atual realizada.

11.21.3.3. Critérios de Roteiro, Escalas e Conexão (Blindagem da Cotação)

A CONTRATADA deverá priorizar e apresentar, obrigatoriamente, as opções de voos que atendam aos seguintes critérios, a fim de garantir a maior eficiência e pontualidade da viagem:



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

<i>Critério</i>	<i>Detalhamento</i>
a) Número Máximo de Escalas	As opções de voos apresentadas na cotação deverão se limitar a, no máximo, 1 (uma) escala entre a origem e o destino final. Excepcionalmente, se comprovada a inexistência de voos com 0 (zero) ou 1 (uma) escala no dia da viagem, poderá ser apresentada a opção com 2 (duas) escalas, desde que justificada.
b) Duração Máxima da Conexão	O tempo de conexão (escala) entre o pouso de um voo e a decolagem do próximo deverá ser de, no máximo, 4 (quatro) horas , respeitando sempre o Tempo Mínimo de Conexão (MCT) exigido pelas companhias aéreas.
c) Responsabilidade por Esperas Longas	Em caso de o voo mais vantajoso (menor preço) ou a única opção disponível apresentar uma conexão superior a 4 (quatro) horas ou exigir <i>stopover</i> (pernoite) em aeroportos, a CONTRATADA será integralmente responsável por arcar com os custos de acomodação (hotel) e alimentação do passageiro durante o período de espera, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
d) Voos Red-Eye (Madrugada)	Não serão aceitas propostas que envolvam voos com partida ou chegada em horários de madrugada (entre 00:00h e 05:00h), exceto se for a única opção de menor preço e for expressamente autorizado pela CONTRATANTE.

11.21.4. DESCONTOS E COMPROVAÇÃO DE TARIFAS

11.21.4.1. A CONTRATADA deverá repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas. Também deverá fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhias aéreas.

11.21.5. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços consiste na realização das seguintes atividades:

11.21.5.1. Consulta via internet da frequência de voos, no intuito de definir a melhor rota;

11.21.5.2. Consulta via internet dos preços dos voos, no intuito de possibilitar a identificação das tarifas mais adequadas à CONTRATANTE, cuja escolha será pautada especialmente no menor preço;

11.21.5.3. Emissão das passagens aéreas dentro da tarifa mais vantajosa para a CONTRATANTE, assegurando, sempre que se verificar a condição, o menor preço em vigor, praticado por qualquer das companhias do setor, mesmo que em caráter promocional;

11.21.5.4. Envio para a CONTRATANTE, juntamente com a passagem emitida, a tela única de consulta simultânea a todos os voos das companhias aéreas, nacionais, constando trechos, horários, aeronaves, classes de bilhete e preço;

11.21.5.5. Justificativa dos motivos pelos quais não foi possível optar pela passagem de menor valor, no caso de ocorrer a emissão com valor acima do menor valor disponível;

11.21.5.6. Providência de alteração, remoção e cancelamento de bilhetes, observando as condições do instrumento contratual;

11.21.5.7. Não fornecimento de passagens que tenham qualquer tipo de restrição e que possam dificultar ou restringir os procedimentos de qualquer tipo de alteração e/ou transferências imediatas das datas de viagens;

11.21.5.8. Não fornecimento de passagens aéreas com origem em Planos de Milhagem e/ou Programas de Fidelidade;

11.21.5.9. Providência, num prazo máximo de 4 (quatro) horas, contadas do momento da autorização definitiva, da emissão dos bilhetes de passagem aérea para viagens nacionais;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

11.21.5.10. Reembolso à CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da solicitação, de valores correspondentes aos bilhetes, mediante depósito correspondente ao crédito na conta da CONTRATANTE, com o cancelamento dos bilhetes não utilizados;

11.21.5.11. Opção da CONTRATANTE, a seu critério, pela concessão do crédito referente a bilhetes não utilizados na emissão de novo bilhete, o que deverá ocorrer em até 11 (onze) meses, a contar do evento que caracterizou a não utilização;

11.21.5.12. Solução de problemas relacionados com passagens e embarques, em aeroportos ou rodoviárias, indicando, para tanto, número(s) telefônico(s), com plantão 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para que o usuário possa ser socorrido quando necessário, devendo a CONTRATADA receber chamadas telefônicas a cobrar, se for o caso;

11.21.5.13. Fornecimento, juntamente com as faturas, dos créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período, através de relatório que permitam à CONTRATANTE acompanhar o andamento das aquisições, reembolso de passagens, frequência de outras informações que a Fiscalização do Contrato venha solicitar à CONTRATADA.

11.21.6. FORNECIMENTO, CANCELAMENTO E REEMBOLSO DE BILHETES

11.21.6.1. O prazo para a entrega dos e-tickets e/ou bilhetes aéreos será imediato após a sua emissão, através de correspondência eletrônica, de acordo com a necessidade e o interesse da CONTRATANTE;

11.21.6.2. Os pedidos de cancelamento de bilhetes não utilizados, total ou parcialmente, ocorridos por mudança de planos em atenção à necessidade do serviço, desde que esteja no prazo e condições de cancelamento concedidos pelas Companhias Aéreas – os quais deverão ser devidamente comprovados pela CONTRATADA – implicarão o cancelamento automático, sem ônus para a CONTRATANTE e não serão incluídos no faturamento;

11.21.6.3. O valor dos bilhetes não utilizados pela CONTRATANTE será restituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da solicitação do reembolso, mediante emissão de nota de crédito em favor da CONTRATANTE. Caso não ocorra o referido reembolso no prazo estabelecido, os valores correspondentes aos bilhetes devolvidos serão glosados em fatura a ser liquidada;

11.21.6.4. A CONTRATADA deduzirá do reembolso o valor decorrente dos encargos inerentes ao cancelamento do bilhete em que deu causa, tais como: multa aplicada pela empresa aérea pelo cancelamento do bilhete, imposto, em caso de já ter sido faturado o bilhete ou cancelado;

11.21.6.5. Os preços das passagens aéreas, a ser cobrado pela CONTRATADA, deverão estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

11.21.7. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

A CONTRATADA fica obrigada a:

11.21.7.1. Aceitar integralmente a taxa definida pela Prefeitura de Paranaíta como condição essencial para a participação no credenciamento e execução dos serviços contratados.

11.21.7.2. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbitos Federais, Estaduais ou Municipais, incluindo a Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pelo contrato firmado entre as partes;

11.21.7.3. Empregar, na execução dos serviços, profissionais devidamente capacitados, especializados no trato de tarifas e emissão de passagens aéreas nacionais;

11.21.7.4. Manter em contato com a Administração, durante a vigência do Contrato, pessoas com telefone, capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

- 11.21.7.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes do Contrato, conforme exigência legal;
- 11.21.7.6. Informar previamente toda e qualquer alteração nas condições de fornecimento ou prestação dos serviços que atinja direta ou indiretamente a CONTRATANTE;
- 11.21.7.7. Suspender ou interromper o fornecimento ou os serviços prestados, quando solicitados;
- 11.21.7.8. Atender todas as requisições de emissão de E-tickets e/ou passagens aéreas, formuladas e pagas pela CONTRATANTE, de conformidade com as requisições que lhe foram encaminhadas, as quais deverão ser por escrito e devidamente assinadas pelo DAF do Órgão;
- 11.21.7.9. Em casos emergenciais, e em dias e horários de não expediente da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá atender a requisição de emissão de passagens aéreas formuladas verbalmente pelos servidores que serão indicados por meio de Ofício, que será remetido à CONTRATADA, posterior à assinatura do contrato;
- 11.21.7.10. Receber os informativos sobre não utilização de bilhetes de passagens emitidas, providenciando o devido ressarcimento;
- 11.21.7.11. Efetuar pesquisa nas companhias aéreas, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem, fornecendo por escrito, as tarifas de pelo menos 02 (duas) companhias aéreas, à época da retirada do bilhete;
- 11.21.7.12. Realizar consulta que abarque TODAS (e não apenas as principais) companhias aéreas que comercializem passagens aéreas;
- 11.21.7.13. Repassar as vantagens e/ou bonificações em decorrência da emissão, em conjunto, de um determinado número de bilhetes de passagens;
- 11.21.7.14. Reembolsar, pontualmente, as companhias aéreas, independentemente da vigência do contrato, não respondendo a CONTRATANTE por este reembolso, que é de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- 11.21.7.15. Manter contato comercial com toda e qualquer companhia aérea, informando periodicamente as SECRETARIAS PARTICIPANTES às inclusões e/ou exclusões;
- 11.21.7.16. Fornecer a qualquer momento, quando solicitado pela CONTRATANTE, declaração expedida por companhias aéreas legalmente estabelecidas no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome; que possui idoneidade creditícia; que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas e que dispõe de terminal para reservas;
- 11.21.7.17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, que se fizerem necessários no objeto contratado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o disposto no art. 149, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das alterações contratuais;
- 11.21.7.18. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 144 da Lei nº 14.133/2021;
- 11.21.7.19. Atender prontamente todas as solicitações da CONTRATANTE previstas neste Termo de Referência e outras estabelecidas no Contrato;
- 11.21.7.20. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

11.21.7.21. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

11.21.7.22. Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme o art. 22 da Lei nº 14.133/2021, que trata dos requisitos de habilitação;

11.21.7.23. Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido legal, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato (art. 161 da Lei nº 14.133/2021), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento do Contrato e na Lei;

11.21.7.24. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual;

11.21.7.25. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e outras previstas no Contrato;

11.21.7.26. Apresentar, mês a mês, as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pela CONTRATANTE, cujo cumprimento dessa obrigação é condição para o pagamento da próxima fatura, visto que em consonância com o Acórdão TCU nº 1314/2014 – Plenário, é irregular o pagamento efetuado com base apenas em sistemas criados e mantidos pelas agências de viagens.

11.21.8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Referência está em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, devendo a CONTRATADA observar integralmente as disposições legais e contratuais, incluindo a aceitação da taxa definida pela Prefeitura de Paranaíta, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

11.21.9. DA HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

11.21.9.1. Da Taxa Administrativa Fixada: A taxa administrativa a ser praticada pelas credenciadas, incidente sobre o valor líquido da tarifa aérea (excluída a taxa de embarque), será fixada em 10% (dez por cento). Somente as empresas que aceitarem as condições estabelecidas no edital e demonstrarem capacidade técnica e habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e concordarem com a Taxa Administrativa Fixada terão o seu credenciamento deferido e poderão participar do processo de cotação. A taxa de remuneração será a mesma para todas as empresas credenciadas.

11.21.9.1.1. Da vedação à taxa administrativa zerada

Não será admitida a apresentação de proposta com taxa administrativa igual a zero, negativa ou que resulte em remuneração incompatível com os custos operacionais da prestação dos serviços.

A vedação visa assegurar a exequibilidade contratual, a transparência da composição dos preços e a correta identificação dos custos envolvidos na prestação dos serviços de agenciamento de viagens, evitando propostas inexequíveis ou que possam comprometer a execução do objeto.

A empresa credenciada deverá informar expressamente, em cada cotação apresentada, o valor correspondente à taxa administrativa aplicada.

11.21.9.2 DO PROCEDIMENTO DE COTAÇÃO E SELEÇÃO

Esta seção detalha o fluxo de compra, o prazo e a regra de adjudicação:

11.21.9.3 Da Solicitação de Cotação: Quando houver necessidade de aquisição de passagens **aéreas**, a Contratante (Setor Administrativo/Requisitante) encaminhará a



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

solicitação de cotação (detalhando trecho, data, horário e passageiro) por meio de e-mail ou sistema informatizado para todas as empresas credenciadas.

11.21.9.4 Da Apresentação de Propostas: As empresas credenciadas deverão responder à solicitação de cotação com a indicação dos valores e dados do voo, em estrita observância ao prazo estabelecido.

11.21.9.4.1. Da composição e detalhamento da proposta

As propostas apresentadas pelas empresas credenciadas deverão conter, obrigatoriamente, o detalhamento individualizado dos valores que compõem o preço final ofertado, discriminando de forma clara e objetiva:

- a) Valor da tarifa aérea;
- b) Valor das taxas aeroportuárias e de embarque;
- c) Valor da taxa administrativa;
- d) Valor total da proposta.

A ausência da discriminação dos valores ou a apresentação de proposta de forma genérica, sem a identificação da composição dos preços, acarretará a desclassificação da cotação para fins de análise e contratação.

11.21.9.5 Do Prazo para Resposta: O prazo máximo e improrrogável para a apresentação da proposta de preço (cotação) por parte da Contratada será de 3 (três) horas úteis, a contar do registro de envio da solicitação pela Contratante.

11.21.9.6 Da Inadmissibilidade: Não serão aceitas e serão desconsideradas as propostas de preços apresentadas após o decurso do prazo de 3 (três) horas úteis.

11.21.9.7 Do Critério de Seleção: Será vencedora a empresa que apresentar a proposta de menor preço total (Tarifa Aérea + Taxas Aeroportuárias + Taxa Administrativa Fixa) no prazo estipulado.

11.21.9.8 Da Homologação e Notificação: Após o registro de todos os preços, a Contratante notificará exclusivamente a empresa vencedora da cotação. Não há necessidade de notificação formal às demais credenciadas que não venceram a cotação.

11.21.10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA VENCEDORA

Esta seção foca nas obrigações da empresa que venceu a cotação:

11.21.10.1. Do Prazo para Reserva e Emissão: A empresa credenciada que for declarada vencedora da cotação terá o prazo máximo e improrrogável de 3 (oito) horas úteis adicionais, a contar da notificação da Contratante (após o registro dos preços), para efetuar a reserva e a posterior emissão da passagem aérea, conforme a modalidade de pagamento acordada.

11.21.10.2. Da Execução do Serviço: A Contratada deverá realizar a entrega dos bilhetes/serviços no prazo máximo de imediato, contado a partir da data de emissão da Nota de Autorização de Despesas (NAD) ou documento equivalente.

11.21.10.3. Das Sanções: O não cumprimento dos prazos estabelecidos (3 horas úteis para cotação e 3 horas úteis adicionais para emissão) sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência e no Edital.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos serviços;

12.2. Informar à CONTRATADA sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;

12.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

12.4. Expedir as requisições/autorizações para início do execução do contrato à Contratada;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

12.5. Comunicar, por escrito, à Contratada, quaisquer irregularidades verificadas na execução do(s) serviço(s), solicitando a revisão do serviço prestado ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

12.6. Efetuar os pagamentos devidos ao(à) Contratado(a) no prazo estipulado no contrato depois do recebimento da nota fiscal de Prestação de Serviços juntamente com o relatório de execução dos serviços;

12.7. Efetuar a retenção dos impostos legais sobre a nota fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela;

12.8. Efetuar a retenção de tributos, na forma da lei;

12.9. Estando o(s) serviço(s) de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência;

12.10. A Prefeitura do Município de Paranaíta/MT deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o prestador tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021, no Item 13 deste Termo de Referência e demais cominações legais;

12.11. Comunicar, por escrito, à Contratada à não execução do(s) serviços(s), apontando as razões, quando for o caso, da(s) sua(s) não-adequação(ões) aos termos contratuais;

12.12. Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados do Art. 138 da Lei Federal nº. 14.133/2021;

12.13. Proporcionar as condições dentro da sua capacidade para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O interessado ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A sanção prevista na letra “a” do item 13.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 13.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.5. A sanção prevista na letra “b” do item 13.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 13.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

1. se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
2. se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
3. se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
4. se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

13.5. A sanção prevista na letra “c” do item 13.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 13.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.6. A sanção prevista na “d” do item 13.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 13.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 13.1 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 13.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.7. A sanção estabelecida na letra “d” do item 13.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Termo de Referência será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

13.8. As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 13.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 13.2 (multa) deste Termo de Referência.

13.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

13.10. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.11. Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 13.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.12. A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 13.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.15. As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

13.16. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura do Município de Paranaíta/MT até o 10º dia útil, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, após o ateste pelo profissional designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

14.2. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

14.3. Caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

14.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao fornecedor, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Paranaíta/MT.

14.5. Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

14.6. Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à entrega dos bens/materiais ou serviços são de responsabilidade do fornecedor/contratado, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

14.7. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, esta será restituída à empresa.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

14.8. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao fornecedor, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Paranaíta/MT.

15. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

15.1. Os serviços executados serão pagos mensalmente conforme relatórios dos serviços prestados e atestados pela Secretaria de Saúde, observado obrigatoriamente os ritos e exigências contidas nos itens 10, 11 e 14.

16. DA EXTINÇÃO:

16.1. O presente termo poderá ser extinto nos seguintes casos:

5. por ato unilateral ou escrito do Contratante;
6. por comum acordo dentre as partes;
7. por manifestação expressa da Credenciada;
8. não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contratuais;
9. paralisação, sem causa e sem prévia comunicação, dos serviços;
10. subcontratação total ou parcial do objeto contratado, sem prévia autorização do contratante;
11. razões de interesse público;
12. judicialmente, nos termos da legislação processual vigente; e
13. liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da Credenciada.

16.2. Verificada a infração do Termo, o Contratante notificará a Credenciada, para que purgue a mora, no prazo fixado, sem prejuízo de responder por perdas e danos decorrentes dessa mora.

16.3. A Credenciada indenizará o Contratante por todos os prejuízos que este vier a causar em decorrência da EXTINÇÃO deste instrumento por inadimplemento de suas obrigações, inclusive, perdas e danos porventura decorrentes para o Município.

16.4. Uma vez extinto o presente termo, e desde que ressarcido de todos os prejuízos, o Contratante poderá efetuar à Credenciada o pagamento de serviços corretamente executados.

17. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DOS BENS:

17.1. Os bens/serviços deverão ser entregues/prestados pelo fornecedor na:

Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT, sito Rua Alceu Rossi s/nº - Centro – CEP 78.590-000 – Paranaíta/MT.

Conforme abaixo descrito:

Os serviços previstos neste processo deverão ser obrigatoriamente realizados no Município de Paranaíta, em local indicado da CONTRATANTE, sendo o local exato informado à CONTRATADA com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos antes da realização do serviço.

A CONTRATADA se compromete a prestar os serviços exclusivamente no local indicado, conforme as orientações e horários previamente estabelecidos pela CONTRATANTE, garantindo o cumprimento das condições e exigências locais.

Os serviços poderão ser prestados em unidades localizadas em áreas urbanas e rurais, inclusive em espaços públicos ou comunitários, com disponibilidade para atuação em horários diurnos e/ou noturnos, conforme escala previamente definida pela Administração.

18. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU DE FORNECIMENTO DOS



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

BENS:

18.1. Após, o recebimento da Nota de Empenho (via e-mail, correios ou fax-símile)/NAD, o fornecedor terá o prazo máximo de -, para entregar/fornecer o item solicitado, no endereço descrito acima.

- Conforme cronograma físico – financeiro anexo, parte integrante deste documento.
- Conforme abaixo descrito:

A empresa credenciada terá prazo máximo para apresentação do preço das passagens cotadas, de 3 (três) horas uteis, e caso seja o menor preço dentre as credenciadas terá prazo de mais 3(três) horas uteis a partir da autorização do administrativo responsável para reserva e posterior compra das passagens.

19. DA ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO:

- Os critérios de aceitação do objeto são apresentados conforme orçamentos e planilha de formação de preço anexa, parte integrante deste documento.
- A CONTRATANTE ou qualquer de seus órgãos ou entidades não efetuarão nenhum pagamento à Contratada pela execução objeto desse instrumento, a qualquer título.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO:

- Não haverá despesas a serem suportadas pela Prefeitura Municipal de Paranaita – MT.

Haverá despesa a serem suportadas pela Prefeitura Municipal de Paranaita – MT e serão efetuadas nos

termos das dotação (oes) orçamentária (s) a serem apresentadas pelo Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo.

As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente.

21. DAS EXIGÊNCIAS ESPECIAIS PARA PARTICIPAR DO CERTAME:

- A empresa licitante, fica obrigada apresentar a seguinte QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
- Não se aplica;
- A empresa Contratada, fica obrigada apresentar para ASSINATURA DO CONTRATO:
- Não se aplica;

22. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

22.1. O prazo de vigência contratual será de até 12 (doze) meses, a partir da data da sua publicação.

22.2. O instrumento contratual poderá ser prorrogado desde que seja enquadrados em serviços essenciais de caráter continuado conforme disposto do Art. 107 da n°. Lei Federal n°. 14.133/21.

22.3. Acréscimos e supressões poderão ser feitos apenas em contrato administrativo e conforme o disposto nos Arts. 124 e 125 da Lei n°.14.133/21.

22.4. Os reequilíbrios econômicos financeiros poderão ser efetuados em conformidade com o art. 124 e seguintes da Lei Federal n°. 14.133/21.

23. DA INDICAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO:

SERVIDOR (A):

01 – FABIANA GODOY DE JESUS – GABINETE

02 - VALDETE APARECIDA BONATO DOMINGUES – GABINETE DO PREFEITO



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

03 - ALESSANDRA FERREIRA GARCEZ – SEC. DE SAÚDE
04 - TAYNARA DE SOUZA FERNANDES – ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO:

01 - FABIANA GODOY DE JESUS - AGENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO
02 - VALDETE APARECIDA BONATO DOMINGUES – TECNICO ADMINISTRATIVO
03 - ALESSANDRA FERREIRA GARCEZ – ADMINISTRATIVO DA SAÚDE
04 - TAYNARA DE SOUZA FERNANDES – ASSESSOR DE DEPARTAMENTO

E-MAIL:

01 - administracao2@paranaita.mt.gov.br - FABIANA GODOY DE JESUS
02 - gabinete@paranaita.mt.gov.br - VALDETE APARECIDA BONATO DOMINGUES
03 - saude.administrativo01@paranaita.mt.gov.br - ALESSANDRA FERREIRA GARCEZ
04 - assistencia.social@paranaita.mt.gov.br - TAYNARA DE SOUSA FERNANDES

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. O presente termo de referência, se trata de requisito legal, a fim de contemplar exigência nos processos de aquisições públicas, através da devida modalidade e exceções licitatórias previstas, podendo se habilitar ao certame, as empresas interessadas, desde que atendam as exigências do instrumento convocatório a ser publicado, em especial aos Arts. 62 a 70 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

24.2. Por fim, ficam os interessados sujeitos as sanções estabelecidas na Lei Federal nº. 14.133/21 e demais vigentes, bem como as dispostas no edital a ser publicado e instrumento contratual a ser firmado.

25. DO FORO

25.1. É competente o Foro da Comarca de Paranaíta/MT, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Termo de Credenciamento, renunciando as partes qualquer outro

Lizandra Bertolini
Agente de Contratação (a)
Decreto Municipal nº. 001/2026 e 002/2026



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

ANEXO III TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO DO ITEM	COD UF	UNID	TAXA ADMINISTRATIVA FIXADA	VALOR TOTAL	DESCONTO SOBRE A TAXA ADMINISTRATIVA %
1	00057101	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVICOS DE EMISSAO, REMARCA CAO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AEREAS NACIONAIS, COM TAXA DE EMBARQUE	1	SERVIÇO	10%	R\$ 980.000,00	5%

A taxa administrativa fixada para esta contratação é de 10% sobre o valor da passagem aérea.

A proposta comercial apresentada pela empresa fornecedora concedeu um desconto de 50% sobre essa taxa fixa de 10%.

Método de Cálculo:

- Cálculo do Valor do Desconto: O desconto de 50% é aplicado sobre a taxa de 10%.**
 - Cálculo: $10\% \times 50\% = 5\%$**
 - O desconto equivale a uma redução de 5 pontos percentuais.**
- Cálculo da Nova Taxa Administrativa: O valor do desconto é subtraído da taxa fixada.**
 - Cálculo: $10\% - 50\% = 5\%$**

Resultado:

O desconto de 50% sobre a taxa administrativa de 10% resultou na taxa final efetiva de 5% (Cinco por cento) a ser aplicada sobre o valor da passagem.

1.1. O valor máximo admissível para a referida contratação do presente termo, elaborado com base na média dos preços praticados no mercado, mediante pesquisa efetuada junto a fornecedores do ramo, é de R\$ 980.000,00 (Novecentos e oitenta mil reais).

Lizandra Bertolini
Agente de Contratação (a)
Decreto Municipal nº. 001/2026 e 002/2026



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

ANEXO III

MATRIZ DE CONTROLE DE RISCOS

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AEREAAS NACIONAIS, COM TAXA DE EMBARQUE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT.

Nº	RISCO	CAUSA	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Ausência de dotação orçamentária	Planejamento inadequado	Impossibilidade de contratação	Verificar saldo orçamentário antes da abertura do processo	CONTRATANTE
2	Definição inadequada do objeto	Falhas no ETP e TR	Contratação ineficiente	Elaborar ETP e TR detalhados	CONTRATANTE
3	Escolha inadequada da modalidade de contratação	Interpretação incorreta da legislação	Nulidade do procedimento	Análise jurídica prévia	CONTRATANTE
4	Pesquisa de preços inadequada	Fontes insuficientes ou inválidas	Sobrepço ou contratação antieconômica	Utilizar múltiplas fontes e processos similares	CONTRATANTE
5	Direcionamento indevido do credenciamento	Exigências restritivas	Impugnações e questionamentos	Justificar tecnicamente todas as exigências	CONTRATANTE
6	Erros no edital, TR ou documentos do credenciamento	Falta de revisão técnica e jurídica	Suspensão ou anulação do processo	Revisão prévia dos documentos	CONTRATANTE
7	Baixa adesão de empresas credenciadas	Exigências excessivas ou taxa incompatível	Restrição da competitividade	Compatibilizar exigências com o mercado	CONTRATANTE
8	Impugnações e recursos administrativos	Inconsistências nos documentos	Atraso na contratação	Clareza e fundamentação técnica dos documentos	CONTRATANTE
9	Credenciamento de empresa sem capacidade operacional	Análise insuficiente da habilitação	Falhas na execução dos serviços	Exigir documentação técnica compatível	CONTRATANTE
10	Não apresentação de cotação no prazo de 3 horas úteis	Falha operacional da credenciada	Atraso na emissão da passagem	Aplicação das penalidades previstas e convocação das demais credenciadas	CONTRATADA
11	Emissão de passagem com	Pesquisa inadequada da	Prejuízo financeiro ao	Exigir comprovação	CONTRATADA



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

	valor superior ao disponível no mercado	contratada	Município	das pesquisas realizadas	
12	Falha na apresentação da composição dos preços	Ausência de detalhamento da tarifa, taxa de embarque e taxa administrativa	Dificuldade de fiscalização e pagamento	Exigir discriminação individualizada dos valores na cotação	CONTRATADA
13	Apresentação de taxa administrativa zerada ou inexequível	Tentativa de obter vantagem competitiva indevida	Risco de inexecutabilidade contratual	Vedação expressa da taxa administrativa igual a zero ou negativa	CONTRATADA
14	Emissão de passagem fora das especificações solicitadas	Erro operacional da agência	Cancelamentos e custos adicionais	Conferência prévia das informações antes da emissão	CONTRATADA
15	Cancelamento ou remarcação não processados em tempo hábil	Falha de atendimento	Perda da viagem ou prejuízo financeiro	Disponibilizar equipe para atendimento imediato	CONTRATADA
16	Não repasse de tarifas promocionais	Descumprimento contratual	Dano ao erário	Exigir comprovação das consultas realizadas	CONTRATADA
17	Falta de fiscalização contratual	Ausência de acompanhamento	Irregularidades na execução	Designação formal de fiscal e gestor do contrato	CONTRATANTE
18	Pagamento indevido	Falta de comprovação dos serviços prestados	Dano ao erário	Exigir bilhetes, comprovantes e relatórios de emissão	CONTRATANTE
19	Irregularidade fiscal da credenciada durante a vigência contratual	Perda das condições de habilitação	Impedimento de contratação e pagamento	Verificação periódica das certidões	CONTRATADA
20	Descontinuidade dos serviços de emissão de passagens	Encerramento contratual sem planejamento	Prejuízo às atividades administrativas e atendimento de pacientes	Planejamento antecipado de nova contratação ou prorrogação legal	CONTRATANTE

Lizandra Bertolini

Agente de Contratação (a)

Decreto Municipal nº. 001/2026 e 002/2026



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

ANEXO II

TERMO DE ACEITE DA PROPOSTA FINANCEIRA

INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 020/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2026

Ao aderir o presente credenciamento, declaramos que a empresa....., por meu representante legal, conhecer o inteiro teor do Edital de **Ato de Inexigibilidade de Licitação – Chamamento Público/Credenciamento nº 020/2026**, bem como o valor o qual a Secretaria Competente do Município de Paranaíta/MT, se propõe a pagar pelos serviços prestados de acordo com o valor médio de referência, que foi obtido com base no preço de mercado, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, na especialidade e nos valores assim especificados:

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO DO ITEM	COD UF	UNID	TAXA ADMINISTRATIVA FIXADA	VALOR TOTAL	DESCONTO SOBRE A TAXA ADMINISTRATIVA %
1	00057101	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVICOS DE EMISSAO, REMARCA CAO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AEREAS NACIONAIS, COM TAXA DE EMBARQUE	1	SERV.	10%	R\$ 980.000,00	5%

Declaramos por fim estarmos ciente de todas as condições do edital supracitado, bem como de todas as especificações contidas na minuta do futuro contrato a ser assinado e que as aceitamos de forma incondicional as condições do presente objeto de contratação.

Local/data

Nome e Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo de CNPJ



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

ANEXO III

CARTA DE CREDENCIAMENTO

INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 020/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Nome ou Razão social

CRP nº: CNPJ ou CPF:

1.1. ENDEREÇO:

Rua, avenida, nº e complemento

Bairro Município UF CEP

Telefone Celular Fax

E-mail

2. TITULARES (sócios e representantes legais da empresa):

Nome:

Formação: Identidade: CPF:

Nome:

Formação: Identidade: CPF:

2. Serviços a serem prestados:

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO DO ITEM	COD UF	UNID	TAXA ADMINISTRATIVA FIXADA	VALOR TOTAL	DESCONTO SOBRE A TAXA ADMINISTRATIVA %
1	00057101	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVICOS DE EMISSAO, REMARCA CAO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AEREAS NACIONAIS, COM TAXA DE EMBARQUE	1	SERV.	10%	R\$ 980.000,00	5%

5. DECLARAMOS, sob as penas da lei, que:

- recebemos os documentos que compõem o Edital e tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;
- as informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, bem como que concordamos com os termos do edital e seus anexos;
- temos ciência da obrigatoriedade de declarar qualquer fato superveniente impeditivo do credenciamento, e;
- que possuímos condições de cumprir as exigências mínimas, para realização dos serviços a serem prestados, no que se refere aos recursos físicos e tecnológicos;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

Vimos requerer, mediante a presente, o credenciamento, em conformidade com o Edital divulgado pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Paranaíta/MT, juntando a documentação exigida.

Local/data

Nome e Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo de CNPJ ou CPF

OBS: Em caso de representação por meio de procuração particular, a mesma deverá ter firma reconhecida em cartório.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

A Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT

Referência: **INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 020/2026**

(Nome da Empresa) -----, CNPJ nº -----, sediada na Rua -----
-----, nº -----, bairro, -----, CEP-----Município -----
-----, por seu representante legal abaixo-assinado, em cumprimento ao solicitado no referido edital, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Art. 68, inciso VI, da Lei nº. 14.133/2021.
- Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos na Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (§1º, do art. 9º da Lei 14.133/2021)

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz*.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT

Referência: **INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 020/2026**

Declaramos, para todos os efeitos legais, que a empresa, CNPJ, reúne todos os requisitos de habilitação exigidas no Edital, quanto às condições de qualificação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira, bem como de que está ciente e concorda com o disposto em Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

Obs.: No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da Lei Complementar 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração, **além de juntar o documento com restrição no envelope de habilitação.**



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT

Referência: **INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 020/2026**

A empresa _____, CNPJ _____, sediada na rua _____, bairro _____, cidade _____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, portador do RG nº _____ e inscrito no CPF sob o número _____, no uso de suas atribuições legais, comprometendo-se nos termos da legislação reguladora da matéria, a informar a qualquer tempo, sob pena das penalidades cabíveis, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos a habilitação para este certame licitatório na Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, devidamente assinada pelo representante legal da empresa participante.

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. ____/2026

“CELEBRAM CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS COMPREENDENDO OS SERVICOS DE EMISSAO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AEREAS NACIONAIS, COM TAXA DE EMBARQUE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA E A EMPRESA _____”

Aos _____ dias do mês de _____, do ano de dois mil e vinte e seis (2026), **O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT**, inscrita no CNPJ/MF n. 03.239.043/0001-12, com sede Rua Alceu Rossi s/nº - Centro – CEP 78590-000, neste Município de Paranaíta/MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Osmar Antônio Moreira, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Paranaíta – MT, portador da Cédula de Identidade nº. 860.219 SSI/SC e CPF nº 345.480.179-68, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa _____, estabelecida à _____, nº. 284, Centro, na cidade de _____ inscrita no CNPJ nº. _____ e Inscrição Estadual nº. _____, representada neste ato pelo seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, _____, portador de Carteira de Identidade nº. _____ e CPF nº. _____, residente à _____ na cidade de _____, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, referente ao **Ato de Inexigibilidade de Licitação – Chamamento Público/Credenciamento nº 020/2026**, tem entre si firmado o presente instrumento contratual, sujeitando-se as partes às normas constantes no instrumento convocatório e seus Anexos, bem como a Lei nº 14.133/21 e demais normas vigentes, além das abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

2.1. A **CONTRATADA** fornecerá para a **CONTRATANTE**, o seguinte objeto: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS COMPREENDENDO OS SERVICOS DE EMISSAO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AEREAS NACIONAIS, COM TAXA DE EMBARQUE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT**, constantes **Ato de Inexigibilidade de Licitação – Chamamento Público/Credenciamento nº 020/2026**, a ser adjudicado de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, cujo fornecimento estão discriminados a seguir:



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO DO ITEM	COD UF	UNID	TAXA ADMINISTRATIVA FIXADA	VALOR TOTAL	DESCONTO SOBRE A TAXA ADMINISTRATIVA %
1	00057101	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVICOS DE EMISSAO, REMARCA CAO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AEREAS NACIONAIS, COM TAXA DE EMBARQUE	1	SERV.	10%	R\$ 980.000,00	5%

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor global do presente contrato é de até R\$ _____ (___), que será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA, considerando a natureza jurídica do objeto licitado, bem como por se tratar de valor estimativo por empresa credenciada e ainda conforme disponibilidade financeira da Secretaria competente.

2.2. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da Secretaria Municipal solicitante, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas Notas de Empenho, Contrato ou Documento equivalente, desde que observadas as condições estabelecidas no edital e também ao que dispõe o artigo 95 da Lei 14.133/2021, desta forma deverão ser empenhadas nas seguintes rubricas orçamentárias:

Dotação Orçamentária:

03.001.04.122.0004.2003.3.3.90 – Gabinete Prefeito – Fontes: 1.709.0000000 e 1.501.0000000;
05.001.04.122.0004.2007.3.3.90 – Sec. de Administração – Fontes: 1.709.0000000 e 1.501.0000000;
08.001.08.244.0040.2132.3.3.90 – Sec. de Assist. Social – Fontes: 1.709.0000000; 1.661.0000000 e 1.500.0000000;
08.002.08.244.0040.2135.3.3.90 – Sec. de Assist. Social: Fonte: 1.709.0000000;
10.001.10.302.0031.2105.3.3.90 – Sec. de Saúde – Fontes: 1.500.1002000; 1.709.0000000 e 1.600.0000604;
10.001.10.122.0029.2085.3.3.90 – Sec. de Saúde – Fontes: 1.500.1002000 e 1.709.0000000;

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato será até **02/07/2027**, a partir da data da publicação de **abertura do Credenciamento**, salvo as prorrogações permitidas por lei, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial de Contas -Tribunal de Contas do Mato Grosso, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A partir da vigência do contrato, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

3.3. As prorrogações do contrato para contratações de serviços contínuos, serão processadas nos termos dos artigos 106 e 107 Lei nº. 14.133/2021, considerando a definição do art. 6º, XV do mesmo normativo.

3.3.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUARTA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA DA FISCALIZAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO

5.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

5.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021.

5.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.4. Para este instrumento será designado fiscal por portaria específica colacionada nos autos.

CLÁUSULA SEXTA DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A distribuição dos serviços será de acordo com o número de credenciados e a demanda do Município, não havendo a obrigação de utilização de quantidades mínimas ou do total estimado no Termo de Referência.

6.2 A escolha da empresa que prestará o serviço dentre as empresas credenciadas sempre será definida pela Secretaria Competente do Município de Paranaíta/MT, não havendo por parte da PREFEITURA obrigação de prover demanda mínima de encaminhamentos a CREDENCIADA.

6.3 Quando se tratar de demanda vinculada, derivada ou complementar, a uma demanda já cadastrada, a distribuição será dirigida, preferencialmente, para a credenciada que já esteja atuando no serviço ou, no caso de impossibilidade desta, para outra que já atuou.

6.4 Convocações para prestação do serviço será efetivada mediante comunicação formalmente



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

encaminhada à credenciada pela unidade demandante através da Secretaria competente.

6.5 A confirmação da aceitação do serviço pela credenciada é automática ao recebimento da comunicação para prestação do serviço.

6.6 A recusa formal da prestação do serviço, por parte da credenciada, injustificada, implica no descredenciamento e suas sanções.

6.7 A credenciada não poderá transferir, total ou parcialmente a terceiros os serviços objeto deste credenciamento e aplicação das demais penalidades.

6.8. DO PROCEDIMENTO DE COTAÇÃO E SELEÇÃO

6.8.1. Essa seção detalha o fluxo de compra, o prazo e a regra de adjudicação:

6.8.1.1. Da Solicitação de Cotação: Quando houver necessidade de aquisição de passagens **aéreas**, a Contratante (Setor Administrativo/Requisitante) encaminhará a solicitação de cotação (detalhando trecho, data, horário e passageiro) por meio de e-mail ou sistema informatizado para todas as empresas credenciadas.

6.8.1.2. Da Apresentação de Propostas: As empresas credenciadas deverão responder à solicitação de cotação com a indicação dos valores e dados do voo, em estrita observância ao prazo estabelecido.

11.21.9.4.1. Da composição e detalhamento da proposta

As propostas apresentadas pelas empresas credenciadas deverão conter, obrigatoriamente, o detalhamento individualizado dos valores que compõem o preço final ofertado, discriminando de forma clara e objetiva:

- a) Valor da tarifa aérea;
- b) Valor das taxas aeroportuárias e de embarque;
- c) Valor da taxa administrativa;
- d) Valor total da proposta.

A ausência da discriminação dos valores ou a apresentação de proposta de forma genérica, sem a identificação da composição dos preços, acarretará a desclassificação da cotação para fins de análise e contratação.

6.8.1.3. Do Prazo para Resposta: O prazo máximo e improrrogável para a apresentação da proposta de preço (cotação) por parte da Contratada será de 3 (três) horas úteis, a contar do registro de envio da solicitação pela Contratante.

6.8.1.4. Da Inadmissibilidade: Não serão aceitas e serão desconsideradas as propostas de preços apresentadas após o decurso do prazo de 3 (três) horas úteis.

6.8.1.5. Do Critério de Seleção: Será vencedora a empresa que apresentar a proposta de menor preço total (Tarifa Aérea + Taxas Aeroportuárias + Taxa Administrativa Fixa) no prazo estipulado.

6.8.1.6. Da Homologação e Notificação: Após o registro de todos os preços, a Contratante notificará exclusivamente a empresa vencedora da cotação. Não há necessidade de notificação formal às demais credenciadas que não venceram a cotação.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil o Contrato poderá ser rescindido;

7.2. Entregar os itens conforme estabelecido neste contrato.

7.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

7.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

7.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

7.6. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

7.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.8. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

7.9. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Paranaíta/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

7.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município;

7.12. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.13. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

7.14. Manter durante toda a vigência da ata de registro de preço a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

7.15. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do interessado;

3 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do interessado;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

- 4 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;
5 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

7.16. Se a CONTRATADA não cumprir o prazo estabelecido neste instrumento ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Paranaíta, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 11 e 12 deste instrumento.

7.17. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

7.18. A CONTRATADA deverá realizar a prestação dos serviços ou entrega do material de acordo com as solicitações feitas pelas Secretarias adquirentes, imediatamente após a solicitação do setor competente e nos termos abaixo descrito:

7.19. Para o fiel cumprimento do presente contrato, a **CRENCIADA** se compromete ainda:

A CONTRATADA deverá disponibilizar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, à sua conta e responsabilidade, escritório/agência presencial ou on-line, ou ainda, preposto, no Município de Paranaíta/MT, integrado às companhias aéreas, com equipamentos/mobiliários necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos). A participação da CONTRATADA está condicionada à aceitação da taxa definida pela Prefeitura de Paranaíta, não sendo permitida a participação de empresas que não concordem com o percentual estabelecido. Os serviços incluem:

- 17.14.1.1. Execução de reserva automatizada, “on-line” e emissão de seu comprovante;
- 17.14.1.2. Emissão de bilhetes automatizados, “on-line”;
- 17.14.1.3. Consulta e informação de melhor rota ou percurso, “on-line”;
- 17.14.1.4. Consulta e frequência de voos e equipamentos, “on-line”;
- 17.14.1.5. Consulta à menor tarifa disponível, “on-line”;
- 17.14.1.6. Impressão de consultas formuladas;
- 17.14.1.7. Alteração/remarcação de bilhetes; e
- 17.14.1.8. Combinação de tarifa.

17.14.2. ATENDIMENTO E PLANTÃO

17.14.2.1. A CONTRATADA deverá manter, à disposição da CONTRATANTE, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, escritório/agência presencial ou on-line, ou ainda, preposto, no Município de Paranaíta/MT, com funcionários suficientes para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços contratados. Após o horário estipulado, nos fins de semana e feriados, a CONTRATADA deverá disponibilizar plantão de telefones fixos e celulares, além de demais equipamentos necessários para emissões de passagens em casos excepcionais e urgentes, para realização da cotação inicial para análise de preço e melhor vantagem para CONTRATANTE.

17.14.3. ASSESSORAMENTO E EMISSÃO DE BILHETES

17.14.3.1. A CONTRATADA deverá prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos ou do transporte rodoviário (partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes. Além disso, deverá proceder à emissão de bilhetes eletrônicos para outras localidades no Brasil, à disposição do passageiro, na companhia mais próxima, ou conforme o caso, nos aeroportos ou rodoviárias, informando o código e a empresa.

17.14.3.2. Após a avaliação da CONTRATANTE quanto a proposta mais vantajosa considerando valor, roteiro de viagem, horário, e frequência de voos será realizado a autorização da emissão do bilhete a empresa vencedora devendo as demais que não atendeu os requisitos desconsiderar a cotação atual realizada.

11.14.3.3. Critérios de Roteiro, Escalas e Conexão (Blindagem da Cotação)



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

A CONTRATADA deverá priorizar e apresentar, obrigatoriamente, as opções de voos que atendam aos seguintes critérios, a fim de garantir a maior eficiência e pontualidade da viagem:

<i>Critério</i>	<i>Detalhamento</i>
a) Número Máximo de Escalas	As opções de voos apresentadas na cotação deverão se limitar a, no máximo, 1 (uma) escala entre a origem e o destino final. Excepcionalmente, se comprovada a inexistência de voos com 0 (zero) ou 1 (uma) escala no dia da viagem, poderá ser apresentada a opção com 2 (duas) escalas, desde que justificada.
b) Duração Máxima da Conexão	O tempo de conexão (escala) entre o pouso de um voo e a decolagem do próximo deverá ser de, no máximo, 4 (quatro) horas , respeitando sempre o Tempo Mínimo de Conexão (MCT) exigido pelas companhias aéreas.
c) Responsabilidade por Esperas Longas	Em caso de o voo mais vantajoso (menor preço) ou a única opção disponível apresentar uma conexão superior a 4 (quatro) horas ou exigir <i>stopover</i> (pernoite) em aeroportos, a CONTRATADA será integralmente responsável por arcar com os custos de acomodação (hotel) e alimentação do passageiro durante o período de espera, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE .
d) Voos Red-Eye (Madrugada)	Não serão aceitas propostas que envolvam voos com partida ou chegada em horários de madrugada (entre 00:00h e 05:00h), exceto se for a única opção de menor preço e for expressamente autorizado pela CONTRATANTE .

17.14.4. DESCONTOS E COMPROVAÇÃO DE TARIFAS

17.14.4.1. A CONTRATADA deverá repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas. Também deverá fornecer, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhias aéreas.

17.14.5. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços consiste na realização das seguintes atividades:

- 17.14.5.1. Consulta via internet da frequência de voos, no intuito de definir a melhor rota;
- 17.14.5.2. Consulta via internet dos preços dos voos, no intuito de possibilitar a identificação das tarifas mais adequadas à **CONTRATANTE**, cuja escolha será pautada especialmente no menor preço;
- 17.14.5.3. Emissão das passagens aéreas dentro da tarifa mais vantajosa para a **CONTRATANTE**, assegurando, sempre que se verificar a condição, o menor preço em vigor, praticado por qualquer das companhias do setor, mesmo que em caráter promocional;
- 17.14.5.4. Envio para a **CONTRATANTE**, juntamente com a passagem emitida, a tela única de consulta simultânea a todos os voos das companhias aéreas, nacionais, constando trechos, horários, aeronaves, classes de bilhete e preço;
- 17.14.5.5. Justificativa dos motivos pelos quais não foi possível optar pela passagem de menor valor, no caso de ocorrer a emissão com valor acima do menor valor disponível;
- 17.14.5.6. Providência de alteração, remoção e cancelamento de bilhetes, observando as condições do instrumento contratual;
- 17.14.5.7. Não fornecimento de passagens que tenham qualquer tipo de restrição e que possam dificultar ou restringir os procedimentos de qualquer tipo de alteração e/ou transferências imediatas das datas de viagens;
- 17.14.5.8. Não fornecimento de passagens aéreas com origem em Planos de Milhagem e/ou Programas de Fidelidade;
- 17.14.5.9. Providência, num prazo máximo de 4 (quatro) horas, contadas do momento da autorização definitiva, da emissão dos bilhetes de passagem aérea para viagens nacionais;
- 17.14.5.10. Reembolso à **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da solicitação, de valores correspondentes aos bilhetes, mediante depósito correspondente ao crédito na conta da **CONTRATANTE**, com o cancelamento dos bilhetes não utilizados;
- 17.14.5.11. Opção da **CONTRATANTE**, a seu critério, pela concessão do crédito referente a bilhetes não utilizados na emissão de novo bilhete, o que deverá ocorrer em até 11 (onze) meses, a contar do evento que caracterizou a não utilização;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

17.14.5.12. Solução de problemas relacionados com passagens e embarques, em aeroportos ou rodoviárias, indicando, para tanto, número(s) telefônico(s), com plantão 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para que o usuário possa ser socorrido quando necessário, devendo a CONTRATADA receber chamadas telefônicas a cobrar, se for o caso;

17.14.5.13. Fornecimento, juntamente com as faturas, dos créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período, através de relatório que permitam à CONTRATANTE acompanhar o andamento das aquisições, reembolso de passagens, frequência de outras informações que a Fiscalização do Contrato venha solicitar à CONTRATADA.

17.14.6. FORNECIMENTO, CANCELAMENTO E REEMBOLSO DE BILHETES

17.14.6.1. O prazo para a entrega dos e-tickets e/ou bilhetes aéreos será imediato após a sua emissão, através de correspondência eletrônica, de acordo com a necessidade e o interesse da CONTRATANTE;

17.14.6.2. Os pedidos de cancelamento de bilhetes não utilizados, total ou parcialmente, ocorridos por mudança de planos em atenção à necessidade do serviço, desde que esteja no prazo e condições de cancelamento concedidos pelas Companhias Aéreas – os quais deverão ser devidamente comprovados pela CONTRATADA – implicarão o cancelamento automático, sem ônus para a CONTRATANTE e não serão incluídos no faturamento;

17.14.6.3. O valor dos bilhetes não utilizados pela CONTRATANTE será restituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da solicitação do reembolso, mediante emissão de nota de crédito em favor da CONTRATANTE. Caso não ocorra o referido reembolso no prazo estabelecido, os valores correspondentes aos bilhetes devolvidos serão glosados em fatura a ser liquidada;

17.14.6.4. A CONTRATADA deduzirá do reembolso o valor decorrente dos encargos inerentes ao cancelamento do bilhete em que deu causa, tais como: multa aplicada pela empresa aérea pelo cancelamento do bilhete, imposto, em caso de já ter sido faturado o bilhete ou cancelado;

17.14.6.5. Os preços das passagens aéreas, a ser cobrado pela CONTRATADA, deverão estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

17.14.7. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

A CONTRATADA fica obrigada a:

17.14.7.1. Aceitar integralmente a taxa definida pela Prefeitura de Paranaíta como condição essencial para a participação no credenciamento e execução dos serviços contratados.

17.14.7.2. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbitos Federais, Estaduais ou Municipais, incluindo a Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pelo contrato firmado entre as partes;

17.14.7.3. Empregar, na execução dos serviços, profissionais devidamente capacitados, especializados no trato de tarifas e emissão de passagens aéreas nacionais;

17.14.7.4. Manter em contato com a Administração, durante a vigência do Contrato, pessoas com telefone, capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

17.14.7.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes do Contrato, conforme exigência legal;

17.14.7.6. Informar previamente toda e qualquer alteração nas condições de fornecimento ou prestação dos serviços que atinja direta ou indiretamente a CONTRATANTE;

17.14.7.7. Suspender ou interromper o fornecimento ou os serviços prestados, quando solicitados;

17.14.7.8. Atender todas as requisições de emissão de E-tickets e/ou passagens aéreas, formuladas e pagas pela CONTRATANTE, de conformidade com as requisições que lhe foram encaminhadas, as quais deverão ser por escrito e devidamente assinadas pelo DAF do Órgão;

17.14.7.9. Em casos emergenciais, e em dias e horários de não expediente da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá atender a requisição de emissão de passagens aéreas formuladas verbalmente pelos servidores que serão indicados por meio de Ofício, que será remetido à CONTRATADA, posterior à assinatura do contrato;

17.14.7.10. Receber os informativos sobre não utilização de bilhetes de passagens emitidas, providenciando o devido ressarcimento;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

17.14.7.11. Efetuar pesquisa nas companhias aéreas, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem, fornecendo por escrito, as tarifas de pelo menos 02 (duas) companhias aéreas, à época da retirada do bilhete;

17.14.7.12. Realizar consulta que abarque TODAS (e não apenas as principais) companhias aéreas que comercializem passagens aéreas;

17.14.7.13. Repassar as vantagens e/ou bonificações em decorrência da emissão, em conjunto, de um determinado número de bilhetes de passagens;

17.14.7.14. Reembolsar, pontualmente, as companhias aéreas, independentemente da vigência do contrato, não respondendo a CONTRATANTE por este reembolso, que é de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

17.14.7.15. Manter contato comercial com toda e qualquer companhia aérea, informando periodicamente as SECRETARIAS PARTICIPANTES às inclusões e/ou exclusões;

17.14.7.16. Fornecer a qualquer momento, quando solicitado pela CONTRATANTE, declaração expedida por companhias aéreas legalmente estabelecidas no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome; que possui idoneidade creditícia; que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas e que dispõe de terminal para reservas;

17.14.7.17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, que se fizerem necessários no objeto contratado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o disposto no art. 149, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das alterações contratuais;

17.14.7.18. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 144 da Lei nº 14.133/2021;

17.14.7.19. Atender prontamente todas as solicitações da CONTRATANTE previstas neste Termo de Referência e outras estabelecidas no Contrato;

17.14.7.20. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

17.14.7.21. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

17.14.7.22. Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme o art. 22 da Lei nº 14.133/2021, que trata dos requisitos de habilitação;

17.14.7.23. Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido legal, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato (art. 161 da Lei nº 14.133/2021), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento do Contrato e na Lei;

17.14.7.24. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual;

17.14.7.25. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e outras previstas no Contrato;

17.14.7.26. Apresentar, mês a mês, as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pela CONTRATANTE, cujo cumprimento dessa obrigação é condição para o pagamento da próxima fatura, visto que em consonância com o Acórdão TCU nº 1314/2014 – Plenário, é irregular o pagamento efetuado com base apenas em sistemas criados e mantidos pelas agências de viagens.

17.14.8. DISPOSIÇÕES FINAIS



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

Este Termo de Referência está em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, devendo a CONTRATADA observar integralmente as disposições legais e contratuais, incluindo a aceitação da taxa definida pela Prefeitura de Paranaíta, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

17.14.9. DA HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

17.14.9.2 Da Taxa Administrativa Fixada: A taxa administrativa a ser praticada pelas credenciadas, incidente sobre o valor líquido da tarifa aérea (excluída a taxa de embarque), será fixada em 10% (dez por cento). Somente as empresas que aceitarem as condições estabelecidas no edital e demonstrarem capacidade técnica e habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e concordarem com a Taxa Administrativa Fixada terão o seu credenciamento deferido e poderão participar do processo de cotação. A taxa de remuneração será a mesma para todas as empresas credenciadas.

17.14.9.1.1. Da vedação à taxa administrativa zerada

Não será admitida a apresentação de proposta com taxa administrativa igual a zero, negativa ou que resulte em remuneração incompatível com os custos operacionais da prestação dos serviços.

A vedação visa assegurar a exequibilidade contratual, a transparência da composição dos preços e a correta identificação dos custos envolvidos na prestação dos serviços de agenciamento de viagens, evitando propostas inexequíveis ou que possam comprometer a execução do objeto.

A empresa credenciada deverá informar expressamente, em cada cotação apresentada, o valor correspondente à taxa administrativa aplicada.

17.14.11. DO PROCEDIMENTO DE COTAÇÃO E SELEÇÃO

Esta seção detalha o fluxo de compra, o prazo e a regra de adjudicação:

17.14.11.8 Da Solicitação de Cotação: Quando houver necessidade de aquisição de passagens **aéreas**, a Contratante (Setor Administrativo/Requisitante) encaminhará a solicitação de cotação (detalhando trecho, data, horário e passageiro) por meio de e-mail ou sistema informatizado para todas as empresas credenciadas.

17.14.11.9 Da Apresentação de Propostas: As empresas credenciadas deverão responder à solicitação de cotação com a indicação dos valores e dados do voo, em estrita observância ao prazo estabelecido.

17.14.10.2.1. Da composição e detalhamento da proposta

As propostas apresentadas pelas empresas credenciadas deverão conter, obrigatoriamente, o detalhamento individualizado dos valores que compõem o preço final ofertado, discriminando de forma clara e objetiva:

- a) Valor da tarifa aérea;
- b) Valor das taxas aeroportuárias e de embarque;
- c) Valor da taxa administrativa;
- d) Valor total da proposta.

A ausência da discriminação dos valores ou a apresentação de proposta de forma genérica, sem a identificação da composição dos preços, acarretará a desclassificação da cotação para fins de análise e contratação.

17.14.11.10 Do Prazo para Resposta: O prazo máximo e improrrogável para a apresentação da proposta de preço (cotação) por parte da Contratada será de 3 (três) horas úteis, a contar do registro de envio da solicitação pela Contratante.

17.14.11.11 Da Inadmissibilidade: Não serão aceitas e serão desconsideradas as propostas de preços apresentadas após o decurso do prazo de 3 (três) horas úteis.

17.14.11.12 Do Critério de Seleção: Será vencedora a empresa que apresentar a proposta de menor preço total (Tarifa Aérea + Taxas Aeroportuárias + Taxa Administrativa Fixa) no prazo estipulado.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

17.14.11.13 Da Homologação e Notificação: Após o registro de todos os preços, a Contratante notificará exclusivamente a empresa vencedora da cotação. Não há necessidade de notificação formal às demais credenciadas que não venceram a cotação.

17.14.12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA VENCEDORA

Esta seção foca nas obrigações da empresa que venceu a cotação:

17.14.12.1 Do Prazo para Reserva e Emissão: A empresa credenciada que for declarada vencedora da cotação terá o prazo máximo e improrrogável de 3 (oito) horas úteis adicionais, a contar da notificação da Contratante (após o registro dos preços), para efetuar a reserva e a posterior emissão da passagem aérea, conforme a modalidade de pagamento acordada.

17.14.12.2 Da Execução do Serviço: A Contratada deverá realizar a entrega dos bilhetes/serviços no prazo máximo de imediato, contado a partir da data de emissão da Nota de Autorização de Despesas (NAD) ou documento equivalente.

17.14.12.3 Das Sanções: O não cumprimento dos prazos estabelecidos (3 horas úteis para cotação e 3 horas úteis adicionais para emissão) sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência e no Edital;

17.14.12.4 Os serviços previstos neste processo deverão ser obrigatoriamente realizados no Município de Paranaíta, em local indicado da CONTRATANTE, sendo o local exato informado à CONTRATADA com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos antes da realização do serviço.

17.14.12.5 A CONTRATADA se compromete a prestar os serviços exclusivamente no local indicado, conforme as orientações e horários previamente estabelecidos pela CONTRATANTE, garantindo o cumprimento das condições e exigências locais.

17.14.12.6 Os serviços poderão ser prestados em unidades localizadas em áreas urbanas e rurais, inclusive em espaços públicos ou comunitários, com disponibilidade para atuação em horários diurnos e/ou noturnos, conforme escala previamente definida pela Administração;

17.14.12.7 A empresa credenciada terá prazo máximo para apresentação do preço das passagens cotadas, de 3 (três) horas úteis, e caso seja o menor preço dentre as credenciadas terá prazo de mais 3(três) horas uteis a partir da autorização do administrativo responsável para reserva e posterior compra das passagens.

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Prefeitura Municipal de PARANAÍTA-MT se obriga:

8.1.1. Convocar a CONTRATADA para a retirada da Ordem de Fornecimento;

8.1.2. Receber os itens, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

8.2. Os itens serão recusados e devolvidos nas seguintes hipóteses:

a) Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste INSTRUMENTO;

8.2.1. O recebimento dos itens far-se-á sempre que solicitado pela prefeitura mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal.

8.3. O recebimento provisório dos itens não implica sua aceitação definitiva.

8.4. O recebimento definitivo dar-se-á pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, constantes nos termos deste instrumento.

8.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente da Prefeitura Municipal de Paranaíta –



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

MT.

8.6. Fornecer à empresa todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste instrumento;

8.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste instrumento contratual;

8.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

8.9. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do contrato, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.11. Todos os encaminhamentos e o controle dos serviços objeto deste será de responsabilidade da Secretarias Municipal solicitante.

8.12. Supervisionar a execução dos serviços através de um funcionário credenciado pela **CONTRATANTE**, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos.

8.13. O recebimento dos itens far-se-á sempre que solicitado pela Secretaria mediante apresentação de Nota Fiscal.

CLÁUSULA NONA DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião do **Ato de Inexigibilidade de Licitação – Chamamento Público/Credenciamento nº 020/2026**. Devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável.

9.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

9.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

9.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO COM AS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE ANEXO À NOTA:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do interessado;
- Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede da contratada;



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;
- e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

9.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA.

9.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

9.6.1. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas a CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida;

9.6.2. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;

9.6.3. O interessado deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e conseqüentemente, lançado no instrumento contratual;

9.7. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

9.8. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável à comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato.

9.8.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado.

9.9. Não haverá pagamento parcial da nota.

9.10. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

9.10.1. Banco:, Agência:, Conta corrente:

CLÁUSULA DÉCIMA REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, §7º, da Lei nº. 14.133/21.

10.1.1. Os preços contratuais permanecerão válidos por um período de um ano, a ser contado na forma do § 1º do Art. 3º da Lei nº. 10.192/2001, depois de transcorrido tal prazo, poderão sofrer REAJUSTE, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

10.2. Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

10.3. A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O CONTRATADO terá o seu contrato administrativo rescindido, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

11.1.1. Comprovar a CONTRATADA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências do contrato, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

11.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

11.2. Por iniciativa do Município de Paranaíta/MT, o contrato administrativo será cancelado quando o proponente:

11.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no **Ato de Inexigibilidade de Licitação – Chamamento Público/Credenciamento nº 020/2026**.

11.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes deste instrumento contratual;

11.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente deste instrumento;

11.3. Este contrato deve obedecer ainda para extinção os termos do Art. 137 e seguintes da Lei nº. 14.133/21, desde que assegurado o contraditório e a ampla defesa ou haja conveniência entre as partes.

11.4. Na hipótese da CONTRATADA entrar em regime de concordata, ainda que preventiva, ou falência poderá também haver extinção contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

d) Multa:

1- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2- O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

12.2.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

12.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

12.2.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

12.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

12.7. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

12.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

12.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA e a (o) CONTRATADA (O) se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11º e/ou 14º da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) durante a execução do objeto deste contrato, em caso de necessidade de coleta e tratamento de dados pessoais de pessoas naturais/titulares mediante consentimento, a coleta do mesmo será realizada após prévia aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, responsabilizando-se a (o) CONTRATADA (O) pelo informe de necessidade ao titular, obtenção e gestão do consentimento do mesmo, nos termos da legislação. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades distintas, sob pena de responsabilização do CONTRATADO (A) pelo ato;

d) eventualmente, podem as partes convencionar que a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA será responsável por obter o consentimento dos titulares, formalizando a questão em aditivo contratual;

13.2. As partes declaram que os sistemas informatizados, dispositivos e similares que servirão de base para coleta, armazenamento e tratamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

premissas, políticas, especificações técnicas, estando alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de proteção de dados;

13.3. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com adequado controle baseado em função e com transparente identificação do perfil dos operadores, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros estranhos ao objeto do contrato;

a) a realização do tratamento dos dados pessoais, ainda que necessária transferência internacional, continuará a ser feita de acordo com as disposições da legislação brasileira sobre proteção de dados, nos termos do Art. 3º. da Lei 13709/18;

b) o CONTRATADO (A) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

c) serão adotadas pelo CONTRATADO (A) as medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou incidente. As medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

13.4. A (O) CONTRATADA (O) dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas acerca da proteção de dados de titulares/pessoas naturais, bem como à Política de Privacidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA.

13.5. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle administrativo;

13.6. Uma parte deverá formalizar à outra sempre que receber uma solicitação de um titular/pessoa natural, a respeito do exercício de direitos relacionados aos seus dados (Art. 18 da Lei 13.709/18) e ao objeto deste contrato, tomando providências imediatas para retorno ao solicitante nos termos da legislação, visando possibilitar o exercício de direito do terceiro;

13.7. A critério do Encarregado de Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, a (o) CONTRATADA (O) poderá ser provocada (o) a colaborar na informação de dados para a elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

13.8. Encerrada a vigência deste contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a PREFEITURA DE PARANAÍTA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

13.9. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. A CONTRATADA tem ciência que em caso de extinção deste contrato, será chamada a próxima classificada respeitando sempre a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTO DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

15.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao **Ato de Inexigibilidade de Licitação – Chamamento Público/Credenciamento nº 020/2026**, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Lei 13.709/2018 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Ato de Inexigibilidade de Licitação – Chamamento Público/Credenciamento nº 020/2026**, seus anexos e toda documentação aportada nos autos do devido processo licitatório.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

16.2. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, respondendo administrativamente, penalmente e civilmente por qualquer fraude cometida.

16.3. A critério exclusivo do Município de Paranaíta/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Paranaíta/MT para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato Administrativo, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo o MUNICIPIO DE PARANAÍTA registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do Art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

Paranaíta - MT, ____ de _____ de 2026.

OSMAR ANTÔNIO MOREIRA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

NOME
Sócio (proprietário)
CONTRATADA



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

ANEXO VIII

(Papel timbrado da empresa)

Modelo da Declaração

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO/CRENCIAMENTO Nº 020/2026

DECLARAÇÃO

A (empresa) _____, inscrita no CNPJ nº. _____ e Inscrição Estadual nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ SSP/_____ e do CPF nº. _____, DECLARA abaixo os seguintes Dados da empresa:

- Razão Social:
- CNPJ:
- Inscrição Estadual:
- Endereço para correspondência:
- Telefone para Contato:
- Nome e qualificação do responsável para Assinatura do Contrato;
- E-mail oficial da credenciada para receber informações inerentes ao Certame:
- Dados Bancários:

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

ANEXO IX

Termo de Confidencialidade - LGPD

Por este instrumento, o(a) Sr.(a) _____ (“SIGNATÁRIO”), inscrito(a) no CPF sob número _____, funcionário da empresa _____ declara estar ciente acerca da necessária confidencialidade relacionada aos dados de pessoas que tem contato em suas atividades, respeitando a legislação para todos os efeitos no âmbito da Prefeitura de PARANAÍTA (“órgão”).

Cláusula 1 – Do Objeto

1.1 É objeto deste instrumento a manutenção do mais absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação relacionada à dados pessoais a que o SIGNATÁRIO tiver contato em razão de sua atividade, assim tidos como informação confidencial.

Cláusulas 2 – Das Informações Confidenciais

2.1 Para todos os efeitos deste instrumento, serão consideradas confidenciais, todas as informações relacionadas a pessoas naturais que o SIGNATÁRIO vier a ter acesso em decorrência de suas atividades e no âmbito do órgão público (“Informações Confidenciais”).

2.1.1 Serão ainda, consideradas Informações Confidenciais todas as informações que assim forem identificadas pela Prefeitura Municipal de PARANAÍTA, pelas legislações aplicáveis (inclusive a Lei Federal n 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados “LGPD”) ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA.

2.2 A revelação das Informações Confidenciais e Dados Pessoais que a PREFEITURA DE PARANAÍTA realiza com o SIGNATÁRIO não representa a concessão de qualquer tipo de licença explícita ou liberdade de qualquer espécie para o mesmo ou a empresa que este representa.

2.3 O SIGNATÁRIO se compromete a:

- a) Utilizar as Informações Confidenciais com o propósito restrito de desempenhar suas atividades junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA;
- b) Não utilizar tais informações em seu próprio benefício e/ ou para qualquer propósito que não aquele para o qual foram reveladas, abstendo-se de divulgar, publicar, fazer circular, produzir cópia ou efetuar backup, por qualquer meio ou forma, de qualquer documento ou informação confidencial;
- c) Zelar para referidas informações não sejam divulgadas ou reveladas a terceiros, exceto nos casos necessários ao desenvolvimento de sua atividade, utilizando-se, no mínimo do mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias Informações Confidenciais;
- d) Não revelar as Informações Confidenciais/Dados Pessoais a quaisquer terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA ou ainda baseado em leis, convênios e/ou contratos para fins de viabilizar políticas e serviços públicos, mesmo que após o encerramento de suas atividades perante o órgão. Ainda, em caso de revelação das informações para necessidade de cumprimento das atividades, o SIGNATÁRIO se compromete, desde já, a repassar todas as obrigações descritas neste instrumento aos que vierem a ter acesso a tais informações, responsabilizando-se por eventuais descumprimentos; e,



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

- e) Informar imediatamente à PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido ou que venha a ocorrer por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

2.4 As obrigações estabelecidas neste instrumento não serão aplicáveis a quaisquer Informações Confidenciais que:

- anteriormente ao seu recebimento pelo SIGNATÁRIO tinham se tornado públicas;
- chegado ao poder do SIGNATÁRIO por uma fonte que não a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA; ou,
- após o recebimento pelo SIGNATÁRIO, tenham se tornado públicas por qualquer meio que não como consequência de uma violação de sua obrigação aqui prevista.

Cláusula 3 – Da Proteção de Dados

3.1 Serão aplicáveis a este instrumento, as “Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” que significa toda as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especificamente, a LGPD, além das normas de proteção de dados.

3.2 O SIGNATÁRIO declara-se ciente e concorda que poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações e dados pessoais prestados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA e seus municípios, exclusivamente para a prestação dos serviços e desenvolvimento de atividade pública.

3.3 As Partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

3.4 O SIGNATÁRIO somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, a fim de cumprir suas obrigações para prestação dos serviços, jamais para qualquer outro propósito.

3.5 O SIGNATÁRIO tratará os dados pessoais conforme as instruções da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA. Caso o SIGNATÁRIO considere que não possui informações suficientes para o tratamento de dados pessoais de acordo com este instrumento ou que uma instrução infrinja as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados, a SIGNATÁRIO prontamente notificará a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA na pessoa de seu Encarregado de Dados nomeado (Sr. Juliano Ricardo Schavaren), e aguardará novas instruções.

3.6 Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações diretamente do SIGNATÁRIO relativas ao tratamento de dados pessoais, submeterá esse pedido à apreciação da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA na pessoa de seu Encarregado de Dados (Sr. Juliano Ricardo Schavaren), pessoalmente ou através do portal digital disponível em seu sítio eletrônico. O SIGNATÁRIO não poderá, sem instruções prévias da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

Cláusula 4 – Das Disposições Gerais

4.1 Este instrumento poderá ser alterado somente mediante a celebração do Termo Aditivo.

4.2 A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste instrumento não implicará na nulidade ou



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

FLS	
VISTO	CPL

anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.

4.3 O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes a qualquer título durante a vigência da prestação de serviços.

4.4 O SIGNATÁRIO declara que os serviços serão prestados de acordo com todas as legislações, princípios e normas aplicáveis, em especial o Decreto Municipal 044/2023 que trata da proteção de dados, bem como a Lei Federal n 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) a que teve acesso, o SIGNATÁRIO declara que está ciente e já cumpre todas as suas disposições evitando incidentes e situações de risco.

4.5 A inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a SIGNATÁRIO as penas da Lei.

PARANAÍTA, ____ de _____ de 2026.

SIGNATÁRIO